



Índice

- 01** [Quilombolas de Lagoa dos Campinhos receberão assistência](#)
- 02** [Acusados de “guerrilheiros” pela Justiça, indígenas Guarani afirmam que irão resistir contra nova reintegração de posse em Yvy Katu](#)
- 03** [Produtores vivem tensão devido a ocupações indígenas no Paraná](#)
- 04** [Comissão discute leilão de petróleo em terras indígenas e unidades de conservação](#)
- 05** [Seminário discute Graduação e Pós-graduação na Educação Indígena no Alto Solimões](#)
- 06** [No interior do Maranhão, alunos indígenas sofrem sem merenda e transporte](#)
- 07** [A vigília das comunidades quilombolas do Brasil](#)
- 08** [Parque Memorial Quilombo dos Palmares será reformado](#)
- 09** [Marco do quilombo sofre vandalismo](#)
- 10** [Repetindo, pela importância: Quilombolas do país inteiro aguardam julgamento do TRF-4](#)
- 11** [Alunos participam de aula de campo na comunidade Quilombola de Mata Cavalo](#)
- 12** [Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem](#)
- 13** [Questão quilombola e história das irmandades negras em Porto Alegre encerram atividades da Semana da Consciência Negra do Sintrajufe/RS](#)



- 14 Encontro de Povos Quilombolas reúne 580 pessoas
- 15 Índios Terena completam etapas de livro
- 16 Campo Novo do Parecis sediará "VII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis"
- 17 Índios invadem sede do distrito sanitário indígena em Valadares
- 18 Compra de terras para acabar com conflito fundiário indígena pode custar R\$ 1 bilhão
- 19 Estudantes indígenas entregam documento ao Ministro da Educação, Aloizio Mercadante
- 20 Paulo Pedra diz que índios e produtores são igualmente brasileiros
- 21 Incra apresenta números da regularização quilombola em audiência no MPF
- 22 Eldorado recebe do ITESP documento importante sobre comunidades quilombolas
- 23 Paraná: somos todos Quilombo Invernada Paiol de Telhas
- 24 Após atentado, Kaingang ocupam estância construída dentro da TI Rio dos Índios
- 25 Comissão realiza missão em região quilombola Sapê do Norte nesta terça
- 26 Aldeia Sateré-Mawé preserva cultura com ritual da tucandeira
- 27 MEC anuncia medidas para garantir direitos dos povos indígenas à educação
- 28 Governo anuncia construção de 120 escolas indígenas
- 29 Agricultores e índios se veem detentores de direitos inalienáveis, reconhece ministro da AGU



-
- 30** Com 79 fazendas invadidas, Igreja cobra demarcação de áreas indígenas
 - 31** Dourados participa da "Ação Saberes Indígenas na Escola"
 - 32** Diálogo entre governo e ministro revela importância do FEPATI na questão indígena, avalia Tetila
 - 33** Segurança invade acampamento indígena e escreve ameaça de morte na terra
 - 34** Guaranis vão resistir contra reintegração
 - 35** Geraldo Simões defende novo modelo para demarcação de terras indígenas



Quilombolas de Lagoa dos Campinhos receberão assistência

SÍTIO PLENÁRIO, 25.11.2013

Solicitação da comunidade havia sido feita em audiência pública organizada pelo MPF/SE e Incra

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), mediou reunião entre a Secretaria de Agricultura do Governo de Sergipe, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) e os representantes da comunidade quilombola Lagoa dos Campinhos para discutir a falta de assistência técnica às atividades agropastoris do grupo. Na reunião, foi garantido o apoio técnico especializado da Emdagro à comunidade, localizada no município de Amparo de São Francisco.

O técnico agrícola se dedicará, num primeiro momento, a realizar um diagnóstico das atividades e da vocação agrícola da comunidade para subsidiar seu desenvolvimento. A decisão é um desdobramento da Audiência Pública realizada pelo MPF/SE e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no último dia 30 de setembro, quando os próprios quilombolas solicitaram a assistência técnica.

“As 120 famílias de Lagoa dos Campinhos detêm a posse de uma área de 4 mil tarefas e têm hoje cerca de 500 cabeças de gado, além de infraestrutura recebida com a desapropriação de várias propriedades rurais na região”, explica a procuradora da República Lívia Tinôco. “Com a assistência técnica, as famílias poderão melhor explorar e desenvolver as atividades agropecuárias na comunidade”, completou.

Lagoa dos Campinhos – Em 2009, foi publicado o decreto presidencial reconhecendo e declarando como terras quilombolas da Comunidade Lagoa dos Campinhos uma área de 1.200 hectares. O Ministério Público Federal acompanha o processo, gerenciado pelo Incra, para garantir a efetivação de direitos dos quilombolas.

Ascom MPF/SE



Acusados de “guerrilheiros” pela Justiça, indígenas Guarani afirmam que irão resistir contra nova reintegração de posse em Yvy Katu
SÍTIO CEDEFES, 25.11.2013

Há 45 dias acampados em seu próprio território, os Guarani Nandeva não dão sinal de que irão ceder às pressões de fazendeiros e às reintegrações de posse contra as ocupações de 14 propriedades que incidem sobre a Terra Indígena Yvy Katu. Localizada entre municípios de Japorã e Iguatemi, fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a área foi declarada como terra indígena em 2005 pelo governo federal.

Segundo a comunidade, 100% dos 7,5 mil hectares antes ocupados por fazendas está sob o controle dos Guarani. Os fazendeiros utilizavam a terra para criação de gado, que já foi retirado das fazendas pelos proprietários. Estradas e vicinais estão sob o controle dos indígenas. Ao menos duas vezes por semana, famílias e lideranças de todas as áreas retomada se reúnem em assembleias para discutir o dia-a-dia dos acampamentos, compartilhar informações e notícias de jornais locais, e decidir os rumos da luta pela demarcação de Yvy Katu.

Veja galeria de fotos da retomada de Yvy Katu
(<http://www.flickr.com/photos/agenciaporantim/sets/72157637606322724/>)

Os guerreiros se alinham com suas crianças, arcos, flechas, facões, maracás e lanças; as mulheres com suas taquaras e bebês a tira-colo; as crianças com espadas de brinquedo e galões de água. Uma Nãndesy abençoa a cada um dos indígenas enfileirados, bem como suas armas tradicionais e seus pés. Muitos vestem máscaras, por temer se tornarem alvo de ameaças e ataques individuais dos “seguranças” contratados por fazendeiros.

Em meio a um longo discurso em Guarani durante uma assembleia na última sexta-feira, 22, o trecho em português gritado por uma mulher de 65 anos sintetizou com clareza a posição unânime da comunidade em resistir, sob quaisquer circunstâncias: “Estou aqui com meu povo. Nós somos 5 mil. Aqui tem homens, mulheres, crianças. Nós vamos ficar aqui. Nós não vamos sair. Que venham 20, 40, 200, 1000 tratores. Vocês querem nos matar e nós estamos prontos para morrer. Essa é a minha palavra”.

“A gente é livro vivo” - ouça discurso de liderança em defesa de Yvy Katu
(<https://soundcloud.com/agenciaporantim/discurso-emocionante-de-um-ind>)

Durante a reunião, os indígenas tomaram conhecimento de que a Justiça Federal de Naviraí concedera, no último dia 18, mais uma reintegração de posse contra a comunidade, em favor
CONT.



da Agropecuária Pedra Branca. Na decisão, a Justiça afirma que a atuação dos indígenas carrega "características de guerrilha e forte oposição ao Estado". Esta é a segunda reintegração desde o início das novas retomadas, em primeiro de outubro.

A outra decisão judicial veio em favor do proprietário da fazenda Chaparral, Luiz Carlos Tormena, no dia 31 de outubro. Após "tentativa" de execução da ordem de expulsão pela Polícia Federal no dia 6 de novembro - considerada truculenta pelo Conselho do Aty Guasu, grande assembleia Guarani e Koiwá do Mato Grosso do Sul -, a Justiça determinou um prazo de dez dias para que os indígenas saíssem voluntariamente das propriedades ocupadas. O prazo venceu na última sexta - e os indígenas não deixaram a Chaparral. Ali, a reintegração é iminente.

"O povo guarani está bastante unido e pronto para resistir a qualquer tipo de ataque ou ameaça", explica uma das lideranças, que prefere não ser identificada e nem fotografada. "Temos 800 crianças nas escolas que não estão estudando por causa das ameaças. Estamos todos juntos e prontos para morrer".

Os indígenas relatam ataques, disparos e intimidações por parte de fazendeiros da região, contrastando com o apoio que os indígenas tem recebido da comunidade local - a prefeitura e a presidência da Câmara dos Vereadores de Japorã apóiem abertamente a luta dos Nandeva. Durante a assembleia de sexta, ao menos dez veículos tentaram trespassar o bloqueio de uma das vicinais que atravessa o acampamento, a menos de 50 metros da reunião.

Antes de retomarem o território de Yvy Katu, os indígenas estavam ocupando apenas 10% da área total reivindicada, por força de decisão judicial. "Nós aceitamos esse acordo [da Justiça] com o compromisso de que enquanto estaríamos nos 10%, a demarcação da terra seria concluída. Mas nós entendemos que foi um erro aceitar esse acordo, porque nos enganaram, porque depois disso tudo ficou parado como estava. Então agora nós só vamos aceitar acordo de 100%. 100% da terra é nossa, nós não vamos sair mais".

"Jogaram na mídia que conseguiram 500 cabeças de gado pra leilão, para adquirir recursos principalmente para segurança. Quando falam isso, querem dizer jagunço, nós entendemos", comenta a liderança, a respeito do Leilão da Resistência, organizado por associações de criadores de gado e produtores rurais do estado. "Se acontecer uma tragédia, nós responsabilizamos o governo".

Organizações sociais lançaram uma carta aberta à presidenta Dilma Rousseff exigindo uma intervenção federal no Mato Grosso do Sul, acusando proprietários rurais de estarem "organizando força paramilitar para atentar contra a vida de coletividades e contra o Estado de direito no Brasil".

Histórico

Os Guarani reivindicam a conclusão da demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, com 9,4 mil hectares.

CONT.



Estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de uma perícia judicial comprovaram que os Nandeva ocupavam a área de Yvy Katu no período da colonização da região, de onde foram expulsos em meados de 1928. A maioria dos indígenas foi confinada na reserva de Porto Lindo, localizada no município de Japorã, junto de outras famílias Guarani do sul do estado.

Iniciada há 29 anos, a demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, na qual a reserva de Porto Lindo está incorporada, foi interrompida diversas vezes por recursos judiciais. Em 2003, para pressionar o governo e o judiciário, os indígenas realizaram a primeira retomada de seu território tradicional, expulsando não-indígenas de 14 diferentes fazendas na área reivindicada.

Em junho de 2005, o Ministério da Justiça editou a Portaria no. 1289, declarando os 9,4 mil hectares de Yvy Katu como de posse permanente dos indígenas. A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação pela Presidência da República, ato final da demarcação. Os indígenas ocupam, atualmente, 10% do total da área demarcada, por força de decisão judicial.

Em março deste ano, a Justiça considerou nulos os títulos de propriedade incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, atestando a validade do processo demarcatório da área.

Fonte: Ruy Sposati, de Japorã (MS)



Produtores vivem tensão devido a ocupações indígenas no Paraná

SÍTIO RURAL BR, 25.11.2013

Suspeita é de que índios do Paraguai estejam se instalando no município

Produtores de Guaíra, no Oeste do Paraná, vivem em clima de tensão devido a um aumento das ocupações. Além da insegurança, os agricultores perdem em produção, e as terras estão desvalorizadas na região. A suspeita é de que índios do Paraguai estejam se instalando no município.

De uns tempos para cá, o produtor Simeão Neves, tem perdido o sono. Parte da propriedade foi ocupada por índios. E o produtor enfrenta essa situação há três anos.

– Eles já deram um tiro no meu filho. E é sempre assim. Plantamos a soja, e eles cortam. Plantamos o milho, eles corta. E não plantam nada em cima – afirma o produtor.

O produtor levou a equipe do Canal Rural até a área ocupada. Por medida de segurança, a reportagem foi gravada de dentro do carro, em movimento. Mesmo assim, já foi possível entender por que ele está preocupado.

Neves já contou nove barracas montadas dentro da lavoura. Os índios ocuparam 6 dos 80 hectares em que Neves possui com o plantio de soja. A primeira ocupação ocorre em 2010.

Um levantamento feito pela prefeitura de Guaíra mostra a origem do conflito na região. Os índios que estão ocupando propriedades rurais e até terrenos nas cidades de Guaíra e Terra Roxa seriam da etnia Guarani, vindos de Mato Grosso do Sul e Paraguai. Em 2007, não eram mais que 140 instalados no perímetro urbano. Hoje, pelo estudo, são mais de mil. Outro levantamento, feito por uma organização que reúne produtores, comerciantes e mais moradores da região, reforça os dados.

O que se ouve muito pela região, principalmente por parte dos produtores, é que os índios que estão ocupando as propriedades são paraguaios. Eles chegam e se instalam em casas, dentro da plantação.

O prefeito de Guaíra tá assustado com o problema. E muito preocupado também com o que possa acontecer, por causa desta migração.

– Se prevalecer o que é vontade da Funai, eu estimo que aproximadamente um terço do município e metade da cidade seriam futuramente demarcados como terra indígena – afirma o prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo.

Mas a preocupação maior é com a segurança na fronteira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214 / 2013

Brasília, 26 de novembro de 2013.

– A questão indígena aqui em Guaíra de certa forma coloca em xeque toda a soberania, porque o controle fronteiriço passa a não existir a partir do momento em que o indígena ou o cidadão paraguaio passa a ter livre trânsito na fronteira – afirma o prefeito.

Não existe ainda nenhum estudo sobre a demarcação de terras indígenas na região. O Canal Rural tentou contato com a Funai, mas não recebeu retorno.



Comissão discute leilão de petróleo em terras indígenas e unidades de conservação
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 25.11.2013

A Comissão de Legislação Participativa, com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, faz audiência pública, na quinta-feira (28), para discutir o leilão de blocos de petróleo e gás sobrepostos a terras indígenas e unidades de conservação.

O evento foi solicitado pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). Ela afirma que a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) viola os direitos dos povos indígenas na oferta dos blocos de petróleo em leilão. "A ANP oferece blocos para leilão em áreas sobrepostas às terras indígenas sem sequer indicá-las nos mapas", diz Janete Capiberibe.

"Sem qualquer comunicação oficial, os povos indígenas afetados, com raras exceções, não têm conhecimento sobre os blocos ofertados pela ANP e, conseqüentemente, não têm oportunidade de discutir e se manifestar a respeito dos impactos das atividades de exploração e produção sobre seus territórios ou em áreas contíguas a eles", acrescenta a parlamentar.

Convidados

Foram convidados para discutir o tema com os parlamentares:

- o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati;
- o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Jader Comapa Franco;
- o coordenador adjunto do Centro de Trabalho Indigenista, Conrado Octávio;
- o coordenador do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo, Raimundo Deusdará Filho;
- o presidente da Organização Geral dos Mayuruna, Povo Matsés (Mayoruna) e Terra Indígena Vale do Javari (AM), Raimundo Mean Mayuruna; e
- o representante da Comissão Guarany Yvyrupá, povo Guarani Mbya, na região de Guaíra (PR), Ilson Soares.

A audiência ocorrerá no Plenário 3, a partir das 9h30.

Da Redação/NA

Seminário discute Graduação e Pós-graduação na Educação Indígena no Alto Solimões

SÍTIO PORTAL TABATINGA, 25.11.2013



A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) participou, no período de 18 a 20 de novembro, do 1º Seminário Educação Superior: Perspectivas e Desafios para Graduação e Pós-Graduação da Educação Indígena do Alto Solimões. O evento aconteceu na comunidade Filadélfia em Benjamin Constant, no interior do Amazonas.

O seminário foi promovido pela Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB) e teve a participação das instituições de ensino superior UEA, Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Instituto Federal do Amazonas (Ifam), com o objetivo de discutir propostas de formação de professores para o Alto Solimões a nível de graduação e Pós-Graduação.

O evento contou com a participação de egressos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela UEA em parceria com a OGPTB que graduou cerca de 211 professores indígenas em 2011 e acadêmicos do curso de Pedagogia Intercultural, além de outros cursos da UEA do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (Cestb).

Também participaram do evento caciques de diferentes comunidades, bem como representantes das secretarias municipais de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Benjamin Constant e Tonantins. Na ocasião, professores da UEA do Cestb e da Escola Normal Superior (ENS/Proind) discutiram com os participantes as propostas da UEA, bem como as demandas apresentadas.

Fonte: UEA



No interior do Maranhão, alunos indígenas sofrem sem merenda e transporte

SÍTIO ATUAL 7, 25.11.2013

Cacique conta que um aluno já chegou a desmaiar de cansaço e fome. Servidores também estariam com pelo menos 90 dias de salários atrasados.

Uma escola da comunidade indígena Aldeia São José, em Montes Altos, vem enfrentando problemas para continuar funcionando. Mesmo após a entrega de novo prédio, os alunos estariam sem transporte e merenda escolar e, alguns servidores, com salários atrasados há mais de 3 meses, segundo a diretoria.

Alunos e professores andam cerca de 2 km todos os dias para chegar à escola. De acordo com o cacique Dórcio Krikati, uma criança já chegou a desmaiar de cansaço e fome. 'Uma vez uma criança desmaiou indo daqui para sua casa. Toda a escola precisa da merenda, toda criança que estuda merece uma merenda bem saudável', disse.

A professora Katiana Krikati contou que há 3 meses, havia alimentação, mas nunca houve novo envio de mantimentos. 'Tinha peixe, carne, carne mesmo, arroz, feijão, legumes e sucos naturais, biscoitos que foram servidos a alunos', contou. No entanto, por causa da falta de alimentação, hoje os alunos precisam ser liberados mais cedo. 'A gente não pode segurar até passar do horário porque a gente tá sem merenda há dois meses', acrescentou.

Sem ter o que comer, a maioria dos alunos fica horas em jejum. O Conselho Escolar diz que houve retração no aprendizado. 'Sem merenda é ruim para nós, para todos os alunos', diz o estudante Alisson Krikati.

Segundo a direção da escola, não há previsão de quando haverá mantimentos novamente na escola. Somado a isso, alguns professores estariam há mais de 90 dias sem receber salários. Um deles, há mais de 150 dias.

'A Alzenira Alves Machado tá com 5 meses que não recebe. Eu ficava triste e com vergonha, mas todo dia ela tava aqui. Todos nós, que somos funcionários, temos dívidas e o banco não perdoa a dívida. E muitos funcionários daqui ainda não receberam', contou a diretoria Silvia Krikati.

De acordo com o diretor regional de Educação, Agostinho Noleto, uma reunião para discutir a educação indígena com representantes está prevista para os dias 12 e 13 de dezembro, em São Luís. Deve ser aprovado o plano político-pedagógico, com investimentos previstos para o ano que vem na infraestrutura das escolas, pagamento de pessoal e melhorias no serviço de merenda escolar e transporte dos alunos.



A vigília das comunidades quilombolas do Brasil

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 25.11.2013

“Tristeza não tem fim, a felicidade sim”, já cantava Tom Jobim. E tristeza, perseguição, violência, racismo e violação de direitos têm sido uma constante em todas as comunidades negras, mas, no caso das quilombolas, mais ainda.

Por César Augusto Baldi*

Em alguns casos, como Oriximiná e Kalunga, está-se a exigir imposto territorial rural sobre propriedades finalmente reconhecidas, de comunidades sem qualquer capacidade contributiva, em valores que a Fazenda, muitas vezes, sequer cobra de sonegadores fiscais. O mesmo vale para quilombos urbanos, com prefeituras a exigirem IPTU.

No Congresso, a denominada “bancada ruralista” não tem poupado esforços para combater demarcações de terras indígenas e reconhecimento de direitos de quilombolas: afinal, nos dois casos, as terras estão fora do mercado e não podem ser objeto de apropriação privada e especulação imobiliária. Some-se a isso o fato de, nessas terras, operar-se a “maldição da abundância”: preservação ambiental, minérios no subsolo, cobiça de madeiras, etc. Em outras situações, como Marambaia, Alcântara e Rio dos Macacos, é o próprio Poder Público, por meio das Forças Armadas, o maior antagonista de suas lutas. Outras comunidades, por sua vez, só vem sendo atendidas em função da atuação da Defensoria Pública, porque nem sempre o Ministério Público é o aliado desejável.

E como se não bastasse tudo isso, uma das poucas decisões favoráveis em todo o País, justamente a do Tribunal Regional da 4ª Região, envolvendo uma das comunidades mais atingidas pela violência estrutural, institucional e histórica (além de problemas em sua defesa por parte de advogados, não reconhecimento de seus documentos históricos, etc), está a ser questionada, por meio da arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, a ser apreciada pela Corte Especial daquele Tribunal no próximo dia 28.

Os argumentos, no geral, não diferem muito daqueles que constam já na ADI 3239, de relatoria do Min. Cezar Peluso e interrompida, até hoje, por um pedido de vista da ministra Rosa Weber e pela não inclusão em pauta do referido processo pelo presidente, Joaquim Barbosa. Importa salientar, contudo, alguns pontos a serem pensados.

Primeiro: desde o ajuizamento daquela ação de inconstitucionalidade, a jurisprudência do STF já foi se alterando em relação à questão da impossibilidade de decretos “autônomos”, bem como em relação a estabelecimento de direitos por meio de regulamentos. A constitucionalização do direito administrativo, como salientado por Gustavo Binenbojm, implica o reconhecimento de alteração de paradigmas.

Segundo: ainda que não haja consenso absoluto quanto ao caráter constitucional dos tratados
CONT.



internacionais de direitos humanos, à exceção da previsão do § 3º do art. 5º (e, mesmo assim, em patamar de equivalência de emenda constitucional), a doutrina de paridade com a legislação infraconstitucional cedeu passo, pelo menos, à tese da "supralegalidade" (majoritária, na composição anterior, por 6 a 5). Desde então, o Brasil já teve decisões do STF envolvendo direitos indígenas (Raposa Serra do Sol e Pataxó são alguns exemplos), foi condenado pela Corte Interamericana (julgamento da anistia em relação ao Caso Gomes Lund, por tribunal com jurisdição regional) e presenciou, no âmbito do TST, a realização, pela segunda vez, de uma sessão da mesma Corte. Há, portanto, necessidade de repensar mecanismos de fortalecimento de direitos humanos, comunicando-se os sistemas constitucional, infraconstitucional e supranacional. Algo que Peter Häberle já intuía com o conceito de "Estado constitucional cooperativo."

Terceiro: passados vinte e cinco anos da promulgação da Constituição brasileira e tendo em vista a imensa concentração de terras e a permanência de racismo no país, vai contra o estágio atual da discussão do Direito Constitucional nacional o não reconhecimento do autoaplicabilidade do art. 68 do ADCT e, pois, eventual inconstitucionalidade do referido Decreto. Afinal, não podem ficar confinadas nos livros didáticos as afirmações de "concretude constitucional", "concordância prática", "máxima efetividade" e "unidade da Constituição". Aliás, o próprio STF já reiterou que a regra constitucional não "pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental" (AgRg RE 393715/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, julg. 12/12/2006, DJ 02-02-2007, p. 140).

Quarto: E nem se alegue, nesse sentido, violação ao devido processo legal, porque a própria enumeração dos passos a serem seguidos para a titulação da comunidade (em torno de dezessete), com possibilidade de recursos e a necessidade de um minucioso estudo- muito mais amplo que antropológico- incluindo a análise da cadeia dominial poderia sugerir, ao contrário, proteção deficiente- para os quilombolas- de um direito constitucionalmente assegurado. Aliás, a realidade dos registros de imóveis- e a anulação de cinco mil títulos no Pará, em 2010, pelo CNJ é apenas um exemplo- joga em sentido contrário à pretensão daqueles que alegam títulos de domínio para situações como as de quilombolas em que "é reconhecida a propriedade definitiva" em virtude justamente da posse tradicional. Ou seja, uma realidade fática, tendo em vista a especificidade destas comunidades, a inexistência ou precária existência de prova documental e mesmo a dificuldade de o Judiciário lidar com relatos orais, "história oral" e laudos antropológicos. O artigo constitucional em momento algum exigiu, para tanto, o título registrado; justamente porque o objetivo era a regularização de tais terras, em decorrência do histórico posterior à Lei de Terras de 1850, as disputas fundiárias no início da República e à própria característica- distinta de outros países da América- da abolição da escravidão. Não é, pois, coincidência que a previsão venha juntamente com o centenário desta.

Quinto: desde que a ação direta de inconstitucionalidade deu entrada no STF, a jurisprudência da Corte Interamericana reforçou o entendimento de que o art. 21 da Convenção, ao referir-se a "propriedade", abrangia não somente a "privada", mas outras formas "comunitárias", de que

CONT.



aquelas de indígenas e comunidades descendentes de escravos eram apenas alguns exemplos. Recorde-se, inclusive, que a Corte colombiana, cuja Constituição, datada de 1991, dá especial destaque para a diversidade cultural, em diversos precedentes reconheceu direitos territoriais, culturais, sociais e políticas específicas para indígenas, afrodescendentes, raízes e, neste ano de 2013, também para ciganos. No ínterim, vários países aderiram à Convenção 169-OIT (o instrumento internacional base para defesa de povos indígenas e "tribais"), reconhecendo comunidades descendentes de escravos como incluídas nas previsões desta (Nicarágua, para os creolles e garífunas, em 2010, é apenas um exemplo). Vale dizer: apesar da pressão continental tanto do neoextrativismo quanto das empresas mineradoras, os países vizinhos vêm reiterando tal entendimento. Não é demais lembrar que mesmo a previsão de ações afirmativas, que foram objeto especial de controvérsia, vieram a ser declaradas constitucionais.

Sexto: porque decorrido todo este tempo, não há como ignorar os estudos de antropólogos, sociólogos, historiadores em relação ao tema dos quilombolas, procedendo a verdadeira revisão dos conceitos, definições e parâmetros que até então estavam cristalizados. Desfez-se, desde então, a ideia corrente de isolamento territorial, de resíduos arqueológicos e de populações homogêneas, ou de manutenção do conceito colonial presente no Conselho Ultramarino de 1740, ou mesmo de uma "frigorificação" do conceito de comunidade e de etnias. Um processo que, nos países vizinhos, caminha no sentido da descolonização dos conceitos e saberes e que, no campo do direito internacional de direitos humanos, é evidente com a autodefinição ou auto identificação como "critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições" da referida Convenção. Não é demais lembrar- contra as alegações de inconstitucionalidade- de que este não é o único critério; tampouco o Decreto 4.887/2003 assim prevê, mas é evidente que se trata de um elemento altamente questionador tanto do etnocentrismo quanto do racismo da sociedade.

Recentemente, Boaventura de Sousa Santos, em sua manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público, quando da realização da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, no início de novembro deste ano, em Brasília, afirmou: "Se não for suficientemente ativo, o MP será responsável pelas frustrações de milhões e milhões de brasileiros. Se for ativo, será responsável pelas aspirações desses mesmos milhões e milhões de brasileiros. É uma instituição contraditória, como se sabe, que tem na mão uma parte importante por essas aspirações. Mas ninguém faz o papel dos movimentos, que são autônomos e lutam eles próprios por seus direitos". O mesmo pode ser dito, neste momento, do Poder Judiciário. E a atenção das comunidades quilombolas da Região Sul- mas também de todo o país- se volta para o julgamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. De sua atuação depende, em parte, a confirmação de aspirações de um país mais justo, sem preconceito e sem racismo ou a manutenção das permanentes frustrações destas comunidades, junto pela (não) atuação dos Poderes Públicos.

*César Augusto Baldi, mestre em Direito (ULBRA/RS), doutorando Universidad Pablo Olavide (Espanha), servidor do TRF-4ª Região desde 1989, é organizador do livro "Direitos humanos na sociedade cosmopolita" (Ed. Renovar, 2004).

Fonte: Vermelho

Parque Memorial Quilombo dos Palmares será reformado

SÍTIO PORTAL BRASIL, 25.11.2013

Vão ser investidos R\$ 4 milhões em obras estruturais e na celebração o Dia da Consciência Negra em 2014



Vão ser realizadas obras estruturais no Parque Memorial Quilombo dos Palmares

A Fundação Cultural Palmares – MinC (FCP) anunciou investimento de R\$ 4 milhões do Fundo Nacional de Cultura para obras estruturais no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, e comemoração Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra em 2014. “É mais do que necessário, mais do que urgente essa atualização constante dos equipamentos do parque”, destacou o presidente da Fundação Cultural Palmares – MinC (FCP), Hilton Cobra.

Também foram assinados os acordos para a criação de Nufac’s – Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra nos

estados de Pernambuco e Paraíba e a posse do Comitê Gestor da Serra da Barriga. Além disso, a dirigente da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Márcia Rollemberg, anunciou a parceria entre o ministério e o UNICEF para a divulgação da Campanha Infância Sem Racismo. Márcia também homenageou as agraciadas do Prêmio Culturas Populares, na categoria Mestre do Saber da região: Julieta Maria da Conceição (D. Preta), Marinalva Bezerra da Silva e Irineia Rosa Nunes da Silva.

Serra da Barriga

O governo do município de União dos Palmares apresentou o projeto que pretende transformar uma estação de trem desativada no centro da cidade em um museu sobre o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. A ação prevê ainda a criação de uma linha férrea para levar os visitantes ao pé da Serra da Barriga.

Números

Dados divulgados pelo Ipea dão conta que Alagoas registra o maior número de assassinatos de jovens negros em comparação aos não negros: são 17,4 negros mortos para cada vítima de outra cor.

Fonte:

Fundação Cultural Palmares



Marco do quilombo sofre vandalismo

SÍTIO PREFEITURA DE VISCONDE DO RIO BRANCO, 25.11.2013

Investigação irá apurar destruição da homenagem ao extinto quilombo de VRB

A 10ª Semana da Consciência Negra de Visconde do Rio Branco está sendo realizada pela Prefeitura e o Movimento Negro Professora Luciana Gonçalves, entre os dias 19 a 24 de novembro, com diversas atividades. Dentre elas, na última quarta-feira (20), quando é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, foi promovida a inauguração do Marco do Quilombo, na entrada do bairro Delorme Taveira, em reverência ao quilombo que ali existiu no período colonial, fato desconhecido de grande parte da população.

Porém, um ato de vandalismo feito na madrugada desta sexta-feira (22) destruiu o Marco do Quilombo, símbolo da resistência e luta por direitos da comunidade negra. A Secretaria de Cultura e Turismo encaminhou o caso para a Procuradoria Geral do Município, que fará um boletim de ocorrência na Polícia Civil, que deverá investigar o vandalismo contra o patrimônio público.

Segundo Cléber Lima, Secretário de Cultura e Turismo, o triste fato deve ser considerado um ato isolado que merece reflexão da sociedade. "Toda a programação da Semana da Consciência Negra está voltada para o resgate da história da raça negra em nossa cidade. O Marco do Quilombo era a tentativa de tornar conhecido que os negros foram os primeiros a habitarem essas terras. O vandalismo envergonha nossa sociedade, repetindo cenas que gostaríamos que não mais existissem", afirmou.



Repetindo, pela importância: Quilombolas do país inteiro aguardam julgamento do TRF-4

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.11.2013

Por César Augusto Baldi em Consultor Jurídico

"Tristeza não tem fim, a felicidade sim", já cantava Tom Jobim. E tristeza, perseguição, violência, racismos e violações de direitos têm sido uma constante em todas as comunidades negras. No caso de quilombolas, mais ainda. Em alguns casos, como Oriximiná e Kalunga, está-se a exigir imposto territorial rural sobre propriedades que finalmente foram reconhecidas: sem qualquer capacidade contributiva, os valores são superiores aos que a Fazenda, muitas vezes, sequer cobra de sonegadores fiscais. Nos territórios urbanos, são as prefeituras a exigir IPTU, com o fim das "áreas rurais" em muitas localidades.

No Congresso, a sorte não é melhor: a denominada "bancada ruralista" não tem poupado esforços para combater demarcações de terras indígenas e reconhecimento de direitos de quilombolas. Não é por menos: afinal, nos dois casos, as terras estão fora do mercado e não podem ser objeto de apropriação privada e especulação imobiliária. Terras "extra comércio" são terras por demais cobiçadas. Some-se a isso a "maldição da abundância": locais bem preservados ("territórios verdes"), riquezas minerais, madeira boa para indústria de celulose, etc. Com o Poder Público também o relacionamento é complexo: serviços públicos não chegam ou estão presentes de forma absolutamente seletiva. Em outras situações, como Marambaia, Alcântara e Rio dos Macacos, é o próprio Poder Público, por meio das Forças Armadas, o maior antagonista de suas lutas. Outras comunidades, por sua vez, só vem sendo atendidas em função da existência e da atuação da Defensoria Pública, porque nem sempre o Ministério Público é o aliado desejável. Um quadro de privação de direitos, de violações frequentes, de "impotência" diante de um "inimigo que não tem cessado de vencer", nas palavras de Walter Benjamin.

Como se não bastasse tudo isso, uma das poucas decisões favoráveis em todo o país, justamente a do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, envolvendo uma das comunidades mais atingidas pela violência estrutural, institucional e histórica (além de problemas em sua defesa por parte de advogados, não reconhecimento de seus documentos históricos, etc), está a ser questionada, por meio da arguição de inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, a ser apreciada pela Corte Especial daquele Tribunal no próximo dia 28.

Os argumentos, no geral, não diferem muito daqueles que constam já na ADI 3.239, de relatoria do ministro Cezar Peluso e interrompida, até hoje, por um pedido de vista da ministra Rosa Weber e pela não inclusão em pauta do referido processo pelo ministro presidente, Joaquim Barbosa. São questões que vem sendo levantadas insistentemente contra as comunidades há mais de 10 anos, o tempo de vida do questionado decreto. Permanente sob fogo cerrado. Importa salientar, contudo, alguns pontos a serem pensados.

CONT.



Primeiro: desde o ajuizamento daquela ação de inconstitucionalidade, junto ao STF, a jurisprudência foi se alterando em relação à questão da impossibilidade de decretos “autônomos”, bem como em relação a estabelecimento de direitos por meio de regulamentos. A constitucionalização do direito administrativo, como salientado por Gustavo Binenbojm, implica o reconhecimento de alteração de paradigmas. Não é possível pensar com os olhos de vinte e cinco anos atrás.

Segundo: ainda que não haja consenso absoluto quanto ao caráter constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos, à exceção da previsão do § 3º do artigo 5º (e, mesmo assim, em patamar de equivalência de emenda constitucional), a doutrina de paridade com a legislação infraconstitucional cedeu passo, pelo menos, à “supralegalidade” (tese majoritária, na composição anterior, por 6 a 5). É claro que o STF só tem apreciado questões de cunho individual veiculadas em instrumentos de direito internacional de direitos humanos. Mas desde então, ainda que de forma tímida, o Brasil já teve decisões do STF envolvendo direitos indígenas (Raposa Serra do Sol e Pataxó são alguns exemplos), foi condenado pela Corte Interamericana (julgamento da anistia em relação ao Caso Gomes Lund e, portanto, discussão sobre jurisdição internacional) e presenciou, no âmbito do TST, a realização, pela segunda vez, de uma sessão da mesma Corte. Há, portanto, necessidade de repensar mecanismos de fortalecimento de direitos humanos, comunicando-se os sistemas constitucional, infraconstitucional e supranacional. Algo que Peter Häberle já intuía com o conceito de “Estado constitucional cooperativo” e que a dinâmica de respeito à “dignidade da pessoa humana” e “prevalência dos direitos humanos” tem que levar em conta.

Terceiro: passados 25 anos da promulgação da Constituição brasileira, e tendo em vista a imensa concentração de terras e a permanência de racismo no país, vai contra o estágio atual da discussão de toda a doutrina no Direito Constitucional nacional o não reconhecimento do autoaplicabilidade do artigo 68 do ADCT e, pois, eventual inconstitucionalidade do referido Decreto. Afinal, não podem ficar confinadas, apenas nos livros didáticos (um “law in books” divorciado de um “law in action”), as afirmações de “concretude constitucional”, “concordância prática”, “máxima efetividade” e “unidade da Constituição”. Aliás, o próprio STF já reiterou que a regra constitucional não “pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental” (AgRg RE 393715/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, julg. 12/12/2006, DJ 02-02-2007, p. 140).

Quarto: E nem se alegue, nesse sentido, violação ao devido processo legal, porque a própria enumeração dos passos a serem seguidos para a titulação da comunidade (em torno de dezessete), com possibilidade de recursos e a necessidade de um minucioso estudo — muito mais amplo que antropológico — incluindo a análise da cadeia dominial poderia sugerir, ao contrário, proteção deficiente — para os quilombolas — de um direito constitucionalmente assegurado. Um procedimento que, no geral, é mais rigoroso que aquele prevista para os indígenas (Decreto 1.775/96) e que foi reputado constitucional (MS 24.045, Rel. Min. Joaquim Barbosa).

CONT.



Aliás, a realidade dos registros de imóveis — e a anulação de cinco mil títulos no Pará, em 2010, pelo CNJ é apenas um exemplo — joga em sentido contrário à pretensão daqueles que alegam títulos de domínio para situações como as de quilombolas. É que restou “reconhecida a propriedade definitiva” em virtude justamente da posse tradicional. Ou seja, uma realidade fática, tendo em vista a especificidade destas comunidades, a inexistência ou precária existência de prova documental e mesmo a dificuldade de o Judiciário lidar com relatos orais, “história oral” e laudos antropológicos. O artigo constitucional em momento algum exigiu, para tanto, o título registrado; justamente porque o objetivo era a regularização de tais terras, em decorrência do histórico posterior à Lei de Terras de 1850, as disputas fundiárias no início da República e à própria característica- distinta de outros países da América- da abolição da escravidão. Não é, pois, coincidência que a previsão venha juntamente com o centenário desta e que seja previsto o crime de racismo como inafiançável e imprescritível.

Quinto: no mesmo período desde o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade no STF, a jurisprudência da Corte Interamericana reforçou o entendimento de que o artigo 21 da Convenção, ao referir-se a “propriedade”, abrangia não somente a “privada”, mas outras formas “comunitárias”, de que aquelas de indígenas e comunidades descendentes de escravos eram apenas alguns exemplos. Recorde-se, inclusive, que a Corte colombiana, cuja Constituição (datada de 1991) dá primazia à diversidade cultural, em diversos precedentes reconheceu direitos territoriais, culturais, sociais e políticas específicas para indígenas, afrodescendentes, raízes e, neste ano de 2013, também para ciganos. No ínterim, também, vários países aderiram à Convenção 169-OIT, reconhecendo comunidades descendentes de escravos como incluídas nas previsões desta (Nicarágua, para os creolles e garífunas, em 2010, é apenas um exemplo). Vale dizer: apesar da pressão continental tanto do neoextrativismo quanto das empresas mineradoras, os países vizinhos vêm reiterando tal entendimento. Não é demais lembrar que mesmo a previsão de ações afirmativas, que foram objeto especial de controvérsia, vieram a ser declaradas constitucionais. E já estavam previstas em tratados internacionais, a que o Brasil aderiu.

Sexto: porque decorrido todo este tempo, não há como ignorar os estudos de antropólogos, sociólogos, historiadores em relação ao tema dos quilombolas, procedendo a verdadeira revisão dos conceitos, definições e parâmetros que até então estavam cristalizados. O tema, ao contrário do afirmado no voto do ministro Peluso, não é “metajurídico” ou sequer privilégio do campo jurídico. É um entrelaçamento de saberes, como convém aos tempos atuais. Desfez-se, desde então, a ideia corrente de isolamento territorial, de resíduos arqueológicos e de populações homogêneas, ou de manutenção do conceito colonial presente no Conselho Ultramarino de 1740, ou mesmo de uma “frigorificação” do conceito de comunidade e de etnias. Um processo que, nos países vizinhos, caminha no sentido da descolonização dos conceitos e saberes e que, no campo do direito internacional de direitos humanos, é evidente com a autodefinição ou auto identificação como “critério fundamental para definir os grupos aos quais se aplicam as disposições” da Convenção. Não é demais lembrar — contra as alegações de inconstitucionalidade — de que este não é o único critério; tampouco o Decreto 4.887/2003 assim prevê, mas é evidente que se trata de um elemento altamente questionador tanto do etnocentrismo quanto do racismo da sociedade.

Recentemente, Boaventura de Sousa Santos, em sua manifestação dirigida ao Conselho

CONT.



Nacional do Ministério Público, quando da realização da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, no início de novembro deste ano, em Brasília, afirmou: “Se não for suficientemente ativo, o MP será responsável pelas frustrações de milhões e milhões de brasileiros. Se for ativo, será responsável pelas aspirações desses mesmos milhões e milhões de brasileiros. É uma instituição contraditória, como se sabe, que tem na mão uma parte importante por essas aspirações. Mas ninguém faz o papel dos movimentos, que são autônomos e lutam eles próprios por seus direitos”.

O mesmo pode ser dito, neste momento, do Poder Judiciário. E a atenção das comunidades quilombolas da Região Sul — mas também de todo o país — se volta para o julgamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. De sua atuação depende, em parte, a manutenção de aspirações de justiça social, cognitiva e histórica ou a manutenção das permanentes frustrações destas comunidades, vindas justamente dos Poderes Públicos.

-

*César Augusto Baldi é mestre em Direito pela ULBRA-RS, doutorando Universidad Pablo Olavide (Espanha) e servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Porto Alegre) desde 1989.

A matéria acima havia sido publicada dia 23, com o título A vigília das comunidades quilombolas do Brasil.



Alunos participam de aula de campo na comunidade Quilombola de Mata Cavalo
SÍTIO REPÓRTER NEWS, 25.11.2013

Pelo menos 60 alunos da Escola Municipal de Educação Básica Senador Darcy Ribeiro participaram neste sábado (23) de uma aula de Campo no município de Nossa Senhora do Livramento (a 50 quilômetros de Cuiabá). Na oportunidade os alunos conheceram a história e cultura da comunidade Quilombola de Mata Cavalo.

A aula de campo faz parte das atividades do Programa Mais Educação. Segundo a professora articuladora do Programa na escola, Aparecida Anderson de Oliveira, o Mais Educação tem em sua Matriz Curricular trabalhar o Tema Gerador "Um Mundo Melhor: Cuiabá, Portal da Diversidade Numa Proposta Sustentável".

A Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, conforme explica a professora, possui aproximadamente 420 famílias distribuídas em seis áreas: Aguaçu, Capim Verde, Mata Cavalo de Baixa, Mata Cavalo de Cima, Mutuca e Ponte da Estiva.

"Nossa Senhora do Livramento é um dos municípios mais antigos de Mato Grosso e tem uma cultura muito rica e própria e essa aula de campo será para mostrar toda essa história aos nossos alunos", destaca a professora.

Conforme informações de Cida Anderson, historicamente, a população dos Quilombos em Mato Grosso foi caracterizada pela presença de negros vindos de várias partes do país em diversas situações, não somente escravizados, mas também de alforriados. Em seu contexto histórico as famílias negras, reivindicam o reconhecimento quilombola, marcado por intensa luta pela posse da terra, que se estende por mais de 30 anos.

Participaram das visitas os alunos das turmas dos 5º e 6º anos, coordenados pelas Professoras Sandra Cristina de Melo, Rita de Cássia e Augustinha. "Eles vão ter a oportunidade de aprender um pouco mais sobre esse Quilombo através de relatos feitos pelos próprios moradores. Conhecer suas dificuldades, seus anseios, áreas ambientais, tradições culturais, economia e sobrevivência, além de fazer um City Tour pela cidade de Nossa Senhora do Livramento", acrescentou a professora.

Fonte: O Documento



Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem

SÍTIO O GUAPORÉ, 25.11.2013

Disputas, construções de grandes empreendimentos e especulação imobiliária ameaçam a herança ancestral mantida viva pelas comunidades quilombolas. Das 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), apenas 207 têm o título da terra e, em uma parte delas, os ocupantes não quilombolas ainda não foram retirados ou indenizados.

"A posse da terra é a maior dificuldade enfrentada atualmente pelas comunidades quilombolas. A titulação é um direito fundamental prevista na Constituição Federal", defende o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da FCP, Alexandre Reis. "Esse é o grande gargalo da questão quilombola nos dias de hoje".

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é claro quanto ao assunto: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

"À medida que isso não ocorre, a gente acaba prejudicando a comunidade porque outras pessoas acabam ocupando a terra quilombola. Vamos ter problemas de expulsão, violência no campo, violência contra essas famílias, atuação de grileiros e atravessadores até na atividade produtiva da comunidade", explica Alexandre Reis. "Titular a terra é algo fundamental para a comunidade quilombola no Brasil e é o grande desafio que temos hoje", acrescentou.

Há todo um processo pela posse da terra. As comunidades que já foram reconhecidas como quilombolas pela Fundação Palmares precisam fazer o pedido para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o responsável pela titulação. Então, são feitas análises da área e de possíveis contestações que possam aparecer no processo.

A fase seguinte é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas por desapropriação ou pagamento de indenização. Mas o processo, que também pode ser feito via estados e municípios, é demorado. De acordo com informações do site do Incra, há processos abertos em 2003 que ainda não foram concluídos.

O secretário da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Viridiano Custódio, explica que a principal razão para a demora de alguns processos são disputas envolvendo a terra. "Disputa política, de território. Alguns setores, principalmente do meio agrário, são contra essa legalização porque os territórios, muitas vezes, ficam dentro ou perto de alguma terra que está em litígio", destacou. "Esse é um processo que acaba emperrando o trâmite"

Autor: redacao@oguapore.com

Fonte: josimar@oguapore.com.br



Questão quilombola e história das irmandades negras em Porto Alegre encerram atividades da Semana da Consciência Negra do Sintrajufe/RS

SÍTIO SINTRAJUFÉ, 25.11.2013

Duas palestras encerraram as atividades da Semana da Consciência Negra do Sintrajufe/RS na noite de quinta-feira, 21, no auditório da Justiça Federal, em Porto Alegre. O advogado Onir Araújo, membro da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e militante do Movimento Negro Unificado do RS, apresentou a palestra "Movimento Quilombola: os direitos negados de um povo". Em seguida, a professora Liane Jusan Muller abordou aspectos de seu livro "As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, Jornal e Sociedade Negras em Porto Alegre".

Em sua exposição, Onir Araújo explicou que o reconhecimento constitucional do direito dos quilombolas às terras que tradicionalmente habitam, como parte de sua identidade e condição para a sobrevivência de sua cultura, data de 1988. No entanto, 25 anos depois, acumulam-se relatos de abusos, violência direta e indireta, perseguição e intimidação a lideranças, situações de extrema vulnerabilidade social e contínuos impasses na resolução do acesso a essas terras. Da mesma maneira, acumulam-se projetos de lei, emendas e investidas da bancada ruralista para retirar esses direitos, fazer retroceder o reconhecimento conquistado com a luta de movimentos sociais organizados e impedir a continuidade das demarcações e titulações de terras de povos quilombolas no país.

Segundo o palestrante, a situação das comunidades quilombolas é alarmante: das cerca de 3 mil que se estima que existam no país, apenas 193 possuem seu território titulado. Além disso, há cerca de 1200 territórios com processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável pelas titulações, e aproximadamente 1900 comunidades certificadas pela Fundação Palmares [órgão ligado ao governo federal e responsável pelo cadastro dos remanescentes]. "Nos últimos 10 anos de um governo dito popular, apenas 12 dessas 193 comunidades foram tituladas. Então, não procede o que vem se propagandeando, que está havendo um esforço, que nunca se fez tanto pelos quilombolas como agora, isso não é verdade", revelou Araújo.

Em seguida, foi chamada à mesa a professora Liane Susan Muller, que tratou das questões abordadas em seu livro "As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, Jornal e Sociedade Negras em Porto Alegre", lançado recentemente na Feira do Livro. Liane baseou a maior parte de suas pesquisas nos exemplares remanescentes do jornal O Exemplo (Porto Alegre, 1892-1930), que fazia constar no primeiro número ser "Propriedade de uma Associação" que, na sua grande maioria, era formada por Irmãos da Nossa Senhora do Rosário, com trajetória de organização social.

Baseada em suas pesquisas, Liane diz que é possível visualizar a participação daquela comunidade nas principais festas religiosas e pagãs da cidade. "É necessário ter em conta de que, se a população negra empobrecida participa massivamente destes eventos, é uma parcela diferenciada de negros que os dirige e organiza. Muito embora o termo seja de uso complicado,

CONT.



podemos mencionar, inclusive, uma classe média negra, cuja origem foi paulatinamente forjada nos quadros da Irmandade do Rosário”, explicou. “Daí a importância de se conhecer profundamente essa associação religiosa. Nem sempre os negros dão a devida importância a ela, e arrisco mesmo dizer que, ao ser extinta, por volta de 1967, a Arquiconfraria do Rosário passou lentamente ao esquecimento. É necessário, portanto, resgatar a real importância da Irmandade do Rosário para o aparecimento de um grupo de negros letrados, com patrimônio financeiro e intelectual, e empreendedores de várias das comemorações mais importantes que Porto Alegre já assistiu”, concluiu a professora.

Encontro de Povos Quilombolas reúne 580 pessoas

SÍTIO ÚLTIMA NOTÍCIA, 25.11.2013



Aconteceu no domingo (24), no Morro Santo Antônio, o I Encontro de Povos Quilombolas e Comunidades Negras do município de Itabira. O evento marcou o encerramento da 1ª Jornada da Educação para a Promoção da Igualdade Racial, que teve como tema "Resgatando Valores e Preservando Raízes".

Realizado pela Prefeitura de Itabira, por meio da Seção para a Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Governo, o encontro reuniu 580 pessoas de três comunidades quilombolas: Morro Santo Antônio e Capoeirão, pertencentes ao município de Itabira e o Quilombo Barro Preto, de Santa Maria de Itabira. Também estiveram presentes sete comunidades negras do município: Engenho, Machados, Gomes, Pari, Capitinga, Pereira e Ponte.

De acordo com a chefe da seção para a Promoção da Igualdade Racial, Marinete Nunes, graças ao apoio do governo municipal o I Encontro de Povos Quilombolas e Comunidades Negras de Itabira cumpriu seu objetivo de resgatar a tradição da união entre os povos e de promover o respeito às diferenças.

Durante o encontro, diversas atividades recreativas e culturais animaram os participantes. A programação contou com show dos Meninos de Minas, apresentação do grupo de batuque Barro Preto do Indaiá e do grupo infantil Dança do Balaio – de Santa Maria de Itabira, Guardas de Marujos e grupo de capoeira da Associação dos Moradores do Rio Tanque (Amorita). Para muitos, esta foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de participar de um evento com tantas atrações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214 / 2013

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Para o prefeito Damon Lázaro de Sena, que estava acompanhado de sua esposa Áurea Aparecida Marques de Sena que é madrinha da seção para a Promoção da Igualdade Racial, “todos nós, de alguma forma, somos afrodescendentes, pois o nosso País possui uma grande miscigenação, mistura de raças, por isso o preconceito e a discriminação não deveria existir”.



Índios Terena completam etapas de livro SÍTIO FOLHA DO POVO, 26.11.2013

Professores da aldeia Lagoinha, localizada no distrito de Taunay, a 50 Km da sede do município de Aquidauna, participaram de mais uma etapa da elaboração do livro que trará aspectos ambientais pela ótica da cultura Terena e que está sendo escrito em língua nativa. Junto com a professora doutora Christiane Gioppo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), os professores fizeram uma nova revisão da obra que vai contar com 22 lições, entre textos e atividades. O encontro ocorreu nesta quinta-feira (21) na Escola Municipal Marcolino Lili.

O livro "Lições Ambientais dos Terenas" ensinará as crianças indígenas por meio de poemas, trava-línguas, lendas, mitos e histórias reais. Segundo a professora Christiane, além do livro que será distribuído aos estudantes os professores estão elaborando também sequências didáticas para desdobrar as atividades, interrelacionando as diversas áreas de conhecimento e que serão usadas em sala de aula. "O trabalho não acaba com a publicação da obra. Ela se tornará material de apoio ao ensino, com ele as crianças aprenderão mais do que lendas.

Os estudantes poderão relacionar as histórias com conhecimento da matemática, das artes plásticas, teatro, geografia e, principalmente, relacionar com aspectos do cotidiano deles", explica. Nos encontros para revisão do material, sob a coordenação da professora Christiane, os professores aperfeiçoam a escrita Terena e também elaboram as sequências didáticas. Ontem o grupo desenvolveu dois materiais, um para a lenda da Sereia e outro para O Mito do Arco-íris.

Segundo Christiane, nessas atividades a história será trabalhada sob diversos aspectos, inclusive o científico, já que é possível discutir como o arco-íris é formado por micro gotícula de água que estão na atmosfera e que atuam como um verdadeiro prisma, quebrando a luz branca." Outras abordagens incluem um experimento usando o disco de Newton, um prisma e a luz do projetor, uma discussão sobre cores, numerais e gráficos de preferências da turma sobre as cores, apenas para listar algumas sugestões, afinal temos foco no científico e na criatividade", afirma a professora.

Os professores estão animados com a elaboração do material. Para Rosemeire Moreira, que leciona na Aldeia Lagoinha, o livro e as atividades propostas em grupo irão tornar as aulas mais atrativas para as crianças. "É interessante misturar lendas com o dia a dia das crianças. Elas vão aprender sobre a cultura Terena e história, por exemplo, já que terão que pesquisar na aldeia, conversar com os mais velhos", diz.

A produção do livro faz parte do Programa de Educação Ambiental (PEA) do projeto "BR-262 – Faço parte desse caminho" que é desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da UFPR. O objetivo da publicação é contribuir com a disseminação da língua mãe entre aproximadamente 2.000 crianças Terena matriculadas nas séries iniciais de 15 aldeias dos municípios de Anastácio, Miranda e Aquidauna. BR-262 – Faço Parte deste

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214 / 2013

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Caminho O Projeto de Gestão Ambiental das Obras de revitalização na rodovia BR-262/MS, entre Anastácio e Corumbá, é realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) por meio do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (UFPR/ITTI). A parceria é realizada através de cooperação com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de cumprir as condicionantes para a emissão e/ou manutenção das licenças requeridas por órgãos ambientais.

Assessoria de Imprensa ITTI

Campo Novo do Parecis sediará "VII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis"

SÍTIO MT POLÍTICA, 26.11.2013



Cerca de 1.500 atletas indígenas de diversos municípios virão a Campo Novo do Parecis entre os dias 06 a 08 de dezembro para participar do VII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis. O evento acontecerá no Estádio Ari Tomazelli, onde será montada uma grande estrutura para a realização dos jogos. A competição é realizada pelas comunidades indígenas Paresí-Haliti e a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

De acordo com o secretário de Cultura e Turismo, Vanderlei César Guollo, este é um evento que confirma a presença do índio e a integração com o não-índio. "Os jogos indígenas é um dos grandes eventos do nosso Calendário Turístico e estamos buscando fazer o melhor, e em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Secretaria Municipal de Educação, apoiados pelas demais secretarias, juntamente com as comunidades indígenas Paresi-Haliti faremos uma bela festa", afirmou.

Durante o evento acontecerá uma vasta programação com palestras sobre tecnologia, drogas, álcool, cultura e políticas indígenas. A Cerimônia de abertura contará com desfile das delegações e o canto tradicional indígena e ainda, abertura da feira de artesanato indígena e pintura corporal.

De acordo com a organização, estão conformadas a presença das etnias PARESI-HALITI, dos municípios de Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Sapezal e Comodoro; UMUTINA - do município de Barra do Bugres; MANOKI - do município de Brasnorte; e NHAMBYKWARA - do município de Sapezal.

Fonte: Assessoria



Índios invadem sede do distrito sanitário indígena em Valadares

SÍTIO G1, 26.11.2013

Cerca de 40 índios da tribo Xacriabá fazem manifestação pacífica. Eles reivindicam mais assistência para a saúde e saneamento

Índios da tribo Xacriabá invadiram, na manhã desta terça-feira (26), a sede do distrito sanitário especial indígena, que fica no bairro Ilha dos Araújo em Governador Valadares, no Leste de Minas Gerais.

Os índios são da cidade de São João das Missões no Norte de Minas e reivindicam mais assistência para a saúde e saneamento, além de mais veículos para o transporte até as unidades de saúde.

Viaturas da Polícia Militar estão no local, mas até o momento o movimento é pacífico.



Compra de terras para acabar com conflito fundiário indígena pode custar R\$ 1 bilhão
SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 26.11.2013

Nas contas do Governo do Estado, a aquisição de terras para a ampliação das aldeias indígenas das diversas etnias em Mato Grosso do Sul irá custar aos cofres públicos algo em torno de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão. A informação é do governador André Puccinelli, que participa do Seminário de Políticas Públicas de Juventude do Estado, no Hotel Grand Park, em Campo Grande.

Puccinelli levou em consideração o valor que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estabelece para a compra de terras de média qualidade, que é de R\$ 7.000,00 por hectare. Ele afirmou que com esse montante, que pode chegar a R\$ 1 bilhão, serão atendidas as diversas etnias indígenas que vivem em Mato Grosso do Sul.

O governador declarou esperar que o governo federal deposite os recursos no Fepati (Fundo Estadual Para Aquisição de Terras Indígenas). "Espero que o governo federal tenha tomado consciência que a culpa não é do índio e nem dos proprietários rurais e sim da União que, no passado, vendeu as terras", disse.

Há anos, produtores rurais e índios vivem uma situação de conflito por conta das terras. Confinados em pequenos espaços, algumas etnias reivindicam a ampliação das aldeias e afirmam que alguns lugares tomados por fazendas são áreas tradicionais indígenas. Já os fazendeiros argumentam que adquiriram as terras de boa fé.



Estudantes indígenas entregam documento ao Ministro da Educação, Aloizio Mercadante

SÍTIO CM CONSULTORIA, 26.11.2013

Custódio Benjamin da Silva, estudante do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), estará em Brasília para entregar ao Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o documento final do I Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), realizado na Universidade em setembro deste ano. A entrega do documento será feita por um grupo formado por cinco estudantes indígenas de todo o Brasil que participaram do ENEI, durante o seminário "Educação Superior de Indígenas no Brasil: balanços de uma década e subsídios para o futuro", que acontece nestes dias 25 e 26 de novembro, em uma promoção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC). Durante o Seminário, o estudante da UFSCar fará uma fala para apresentar a concepção, as discussões e os desdobramentos do I ENEI.

O I ENEI aconteceu no Campus São Carlos da UFSCar de 2 a 6 de setembro de 2013 e foi inteiramente organizado pelos estudantes indígenas da Universidade. O evento reuniu em São Carlos estudantes de 45 etnias brasileiras, vindos de universidades de todo o País. No encerramento do Encontro, foi realizado um fórum para elaboração do documento final. Após o encerramento, os estudantes continuaram se comunicando para concluir a elaboração do documento, que será entregue pelos seis estudantes, um de cada região do Brasil e do Distrito Federal, durante o primeiro dia do Seminário do MEC. O convite foi feito pelo Diretor de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secadi, Thiago Tobias, que participou da abertura do Encontro na UFSCar.

"Se um dos pontos acertados ao final do encontro foi a necessidade de descolonização, a ocupação do espaço acadêmico (não apenas com a presença dos alunos indígenas nos seus cursos, mas também com a ocupação dos espaços físicos da Universidade proporcionada por esse encontro) é um passo bastante importante de descolonização de um ambiente que é fundamentalmente elitizado e marcado por um saber pretensamente superior e excludente. As universidades precisam começar a conhecer a realidade dos povos indígenas do Brasil e se abrir para os conhecimentos e saberes indígenas, não entendidos apenas como 'saberes populares', mas reconhecendo os fundamentos desse conhecimento e sua validade, mesmo que não comprovada pela ciência acadêmica", declara o texto resultante das discussões realizadas durante o ENEI.

Fonte: Diário de São Carlos



Paulo Pedra diz que índios e produtores são igualmente brasileiros

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 26.11.2013

O vereador Paulo Pedra (PDT) questionou, na manhã de hoje (26), durante a sessão da Câmara de Vereadores, em Campo Grande, o uso adequado das terras indígenas em Mato Grosso do Sul. O parlamentar afirmou que indígenas e produtores são igualmente brasileiros.

"Quem é mais brasileiro? O índio não é mais brasileiro do que eu e eu não sou mais brasileiro do que índio", disparou.

Pedra questionou o uso das terras indígenas. "Não gostaria de ver uma terra que produz sendo dada ao povo indígena. Essas terras indígenas estão sendo usadas adequadamente?".

Os conflitos no Estado, envolvendo produtores e índios, foram motivo de discussão na Casa de Leis. Ocupando a tribuna, o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Chico Maia, afirmou que 20 áreas já foram invadidas no Estado.

Segundo ele, o que tem travado a pacificação são, justamente, as próprias invasões. "Se eles (índios) voltarem atrás, poderemos voltar à mesa de negociação".

Para o vereador Carlão, (PSB) os índios são responsáveis pela situação de violência nos conflitos. "Quem está criando a violência são os índios. Tem muita demagogia e política em cima da questão indígena", disparou.

A vereadora Juliana Zorzo (PSC), proponente de uma audiência pública sobre paz no campo, que será realizada no dia 5 de dezembro, engrossou o discurso de pacificação dizendo que os erros não podem ser cometidos novamente.

"Não podemos deixar que erros do passado continuem acontecendo hoje".

Conforme o vereador Zeca (PT), "quem tem culpa neste conflito é o Estado que titulou terras que eram indígenas".

O presidente da Acrissul disse que a questão "é delicada e complexa". Em discurso na tribuna, Maia citou o relatório da Polícia Federal, onde, segundo ele, são apontados indícios de violência por parte dos índios durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia.

"Somos atacados por uma verdadeira guerrilha com ação de milícia. Deram tiro na Polícia Federal e na Polícia Militar. Como vamos receber essas pessoas na propriedade, com óperas e flores?", ironizou.

Zeca criticou o leilão de resistência planejado pelos produtores que pretendem arrecadar

CONT.



dinheiro para garantir segurança. “Querem cravar uma milícia popular se armar para os fazendeiros defenderem suas terras”.

Chico rebateu a ofensiva e disse que, na verdade, os fazendeiros querem é arrecadara recursos para criar “um grupo de resistência que é um direito quando não se encontra as forças do estado para se proteger”.

“Não queremos partidarizar, mas queremos fazer esforço em busca de uma solução. Peçam aos índios que desocupem as áreas para voltarmos à mesa de negociação”.

Até a audiência, o vereador Zeca espera que o representante do povos indígenas também seja ouvido pelo plenário “para que tudo possa ser imparcial”.



Incra apresenta números da regularização quilombola em audiência no MPF
SÍTIO REGISTRADORES, 26.11.2013

O Incra participou, na quarta-feira, 20 de novembro, de audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (populações indígenas e comunidades tradicionais), coordenada pela subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, que discutiu a regularização dos territórios pertencentes às comunidades quilombolas. Na audiência, realizada na sede da Procuradoria Federal da República, em Brasília, o Incra foi representado pelo seu presidente, Carlos Guedes, que falou sobre as ações executadas pela autarquia e sobre a criação da mesa nacional e de mesas estaduais de acompanhamento da política de regularização quilombola.

Guedes destacou que foram emitidos 139 títulos que regularizaram 995.009,0875 hectares em benefício de 124 territórios, 207 comunidades e 12.906 famílias descendentes de quilombos. Mais 13 títulos parciais, que beneficiarão comunidades quilombolas em Sergipe, estão prontos para assinatura.

Segundo o presidente do Incra, o orçamento da autarquia para 2013 dispõe de aproximadamente R\$ 30 milhões para a regularização de territórios quilombolas. Cerca de 82,5% do orçamento já foi empenhado para a realização de ações relativas ao processo de reconhecimento das áreas e para a indenização de antigos proprietários privados e posseiros.

Processos em andamento

Em todo o Brasil, o Incra possui 1.281 processos de regularização de territórios quilombolas em andamento. Até o momento, foram publicados 160 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), totalizando 1.651.425,5375 hectares em benefício de 21.758 famílias. Quinze deles foram publicados em 2012 e 2013 e outros cinco devem ser publicados até o final do ano. Outros 215 RTIDs estão em elaboração no Incra. O RTID é um documento essencial para a regularização das terras e é composto por relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro das famílias, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território.

Foram publicadas 78 portarias de reconhecimento de áreas pertencentes a comunidades descendentes de quilombos, totalizando 308.053,7153 hectares reconhecidos em benefício de 6.863 famílias. Destas, 11 portarias foram publicadas em 2012 e 2013 e há previsão de publicação de mais quatro portarias até o final do ano.

Cinquenta e três decretos já foram assinados pela Presidência da República declarando de interesse social propriedades privadas que serão desapropriadas para a regularização de territórios quilombolas. Os imóveis somam 515.456,0822 hectares em benefício de 6.080 famílias. Dos 53 decretos, 11 foram publicados em 2012 e 2013. Outros dez decretos encontram-se na Casa Civil prontos para a assinatura da presidenta Dilma Rousseff.

CONT.



Entraves jurídicos

O Incra já ajuizou ações envolvendo 192 imóveis localizados em áreas de comunidades quilombolas. Em 116 delas o Incra foi imitado na posse, mas em apenas 29 há sentença homologatória transitada em julgado. Portanto, dentre os 55.435,1101 hectares que o Incra tem imissão na posse, a maior parte, 53.455,8483 hectares – o equivalente a 96% – aguardam a sentença definitiva da Justiça.

Os 29 imóveis que têm sentença definitiva e totalizam 1.979,2618 hectares vêm sendo repassados às comunidades por meio da titulação parcial definitiva. Três títulos parciais já foram emitidos em Sergipe, 12 estão previstos para o mesmo estado e há previsão de outros 14 no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Além destas 29 áreas, uma outra deve ser titulada em Sergipe ainda este ano. Por se tratar de terra pública, não foi necessário decretação nem ajuizamento de ação.

Ação conjunta Incra/SPU

Uma ação conjunta do Incra e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para a regularização de territórios quilombolas em áreas públicas prevê, ainda este ano, a destinação, por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), de mais aproximadamente 24 mil hectares de terras para comunidades do Maranhão, da Bahia e do Pará – os estados brasileiros com maior demanda de regularização fundiária quilombola.

Mesas de acompanhamento

Como esforço do Incra para dar mais celeridade aos processos de regularização de territórios quilombolas, foi instalada, em 20 de agosto deste ano, a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, que reúne, todo dia 20 de cada mês, representantes do Incra nacional, de outros órgãos do governo e de movimentos sociais ligados à questão quilombola para o acompanhamento da política de regularização quilombola.

Também foram instaladas 12 mesas estaduais e outras quatro devem começar a se reunir ainda este ano.

O Incra também reforçou seu quadro de antropólogos, profissionais essenciais à elaboração dos RTIDs. O número mais do que triplicou desde 2011, quando o Incra contava com 20 servidores, e chegou, em 2013, a 66 antropólogos.

Fonte: Incra

Publicado por: Imprensa ARISP



Eldorado recebe do ITESP documento importante sobre comunidades quilombolas
SÍTIO PORTAL CW, 26.11.2013



A Prefeitura de Eldorado, através da Coordenadoria Municipal de Assuntos Quilombolas, recebeu do ITESP (Instituto de terras do Estado de São Paulo) os Relatórios Técnicos Científicos (RTC) dos quilombos. A entrega foi realizada por Marcos Pilla, Diretor do ITESP.

De acordo com André Luiz Pereira, Coordenador de Assuntos Quilombolas, atualmente o município de Eldorado é detentor do maior número de comunidades quilombolas de SP, sendo 9 no total. "Todos os dados são reconhecidos pelo Governo Estadual", explica André.

Relatórios Técnicos Científicos (RTC)

O primeiro RTC dos quilombos de Eldorado foi publicado em 1998 e último em 2006. Estes documentos possuem informações importantes sobre o reconhecimento das comunidades e reforça suas raízes históricas.

Quem tem direito ao RTC?

Toda e qualquer comunidade negra (rural ou urbana), organizada em associação, tem o direito de fazer solicitação por escrito ao ITESP para atestar a veracidade e histórico de uma comunidade. O ITESP, por sua vez, após analisar todas as variáveis, irá atestar se o grupo é remanescente de quilombola ou não.

Em Eldorado existem duas comunidades que estão em processo de estudo para conquistar o título de quilombola: Engenho e Abobral Margem Esquerda.

Fonte e Foto: Prefeitura Municipal de Eldorado



Paraná: somos todos Quilombo Invernada Paiol de Telhas

SÍTIO CSP CONLUTAS, 26.11.2013

Entidades do movimento popular e sindical estão apoiando a luta dos quilombolas da comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão, localizada em Iguazu (PR), pela titulação de suas terras. Nesta quinta-feira (28), o Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio Grande do Sul vai julgar que envolve a titulação das terras dos moradores do Quilombo.

O Andes-SN e a Adunicentro entre outras entidades do movimento sindical apoiam essa luta.

Uma das ações de mobilização será o envio de uma caravana a Porto Alegre, composta por 200 quilombolas, com o objetivo de acompanhar o julgamento.

Outra importante iniciativa é o processo em curso para conceder o título de Doutor Honoris Causa para uma das principais lideranças do Quilombo, Sr. Domingos.

Uma campanha também está sendo articulada com uma petição pública que cobra a titulação do território quilombola da comunidade Invernada Paiol de Telha.

(<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2013N44819>)

Em 2004, a justiça arquivou um pedido de reconhecimento das terras quilombolas, depois de conquistadas com um Decreto Presidencial de 2005. Esse decreto reconhece as terras, que pertencem aos moradores da Invernada. Os laudos antropológicos também confirmam essas terras como dos quilombolas.

De acordo com o Sindicato dos Docentes da Unicentro (Adunicentro), o caso questiona a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas, prevista no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT).

Segundo a entidade, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 questiona esse decreto no Supremo Tribunal Federal, cujo julgamento teve início no ano de 2012, quando o ministro Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda não se posicionaram.

Por isso, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional, que poderá influenciar outros julgamentos ligados à titulação de terras quilombolas. "Caso a decisão seja favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direito humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239", informa a entidade.

Com informações da Adunicentro



Após atentado, Kaingang ocupam estância construída dentro da TI Rio dos Índios
SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013

Patrícia Bonilha, de Brasília, Cimi

No último dia 20, por volta das 17h, um segurança da estância turística Águas do Prado, localizado no município de Vicente Dutra (RS), fez seis disparos com arma de fogo contra um carro com indígenas Kaingang após exigir que eles se retirassem da área onde costumam vender artesanato e jogar futebol. Apesar do empreendimento ter sido construído dentro da Terra Indígena Rio dos Índios, demarcado desde 2004 com 715 hectares como território tradicional, e os indígenas, incluindo várias crianças, estarem saindo do local de modo pacífico, o segurança tentou dar uma facada em um dos indígenas. Na sequência, fez os disparos que, felizmente, não acertaram ninguém.

Segundo o vice-cacique Luiz Salvador, o segurança, conhecido como Palmeira, age como um jagunço do empreendimento, tem várias passagens pela polícia e há cerca de quatro anos vem constantemente ameaçando os indígenas, muitas vezes, com armas em punho. "Nós estávamos sendo proibidos de buscar nossa lenha, nosso cipó, de ir e vir, dentro da nossa própria terra. Já tínhamos registrado queixas sobre isso na delegacia de polícia", afirma Salvador.

Após este atentado, e motivados pelo cansaço de esperar pacificamente pela finalização do processo demarcatório de suas terras, os indígenas renderam o segurança, que foi encaminhado ao hospital com ferimentos, e ocuparam a estância turística. Segundo os indígenas, a estância dificulta a homologação e desintrusão da TI Rio dos Índios, já que os pequenos agricultores que ocupam a área afirmaram que aceitam imediatamente a indenização das terras e das benfeitorias para deixarem as terras indígenas.

De acordo com Salvador, os oito hectares ocupados pela estância foram doados pelo município ao empreendimento que os loteou e vendeu. "Foram títulos de má-fé que permitiram a construção das 118 casas de veraneio de gente rica, que não mora aqui. Eles montaram a Associação Águas do Prado para dificultar a garantia dos nossos direitos constitucionais", explica o vice-cacique.

Em uma reunião realizada na última sexta-feira (22), em Passo Fundo, em que estavam presentes os indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal (MPF), foi feito um acordo em que os governos estadual e federal se comprometeram a fazer a indenização de vinte agricultores até o mês de março, dando um primeiro passo no processo de desintrusão da área, onde vivem 48 famílias indígenas.

Mesmo assim, segundo Salvador, o clima continua tenso e as lideranças estão recebendo constantes ameaças por telefone e internet. "De qualquer modo, vamos permanecer dentro da nossa terra até o fim do processo. Ela já está demarcada e nós cansamos de esperar pacificamente", conclui Salvador.

CONT.



Leia abaixo a carta do Cimi, Gapin e Comin, que contextualiza os fatos e manifesta apoio aos Kaingang da TI Rio dos Índios:

Kaingang da TI Rio dos Índios reagem à política anti-indígena

Em março de 1992 a comunidade Kaingang fez o primeiro pedido formal para a regularização e o reconhecimento do território de ocupação tradicional em Vicente Dutra (RS). Porém, a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu o Grupo de Trabalho (GT) para identificação e delimitação da Terra Kaingang de Rio dos Índios somente no ano de 2000. No mês de comemoração ao Dia do Índio, de 2003, foi publicado o Relatório Circunstanciado e no final de 2004 foi emitida a Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, que definiu a área de 715 hectares como de ocupação tradicional Kaingang. A Portaria Declaratória da Terra Indígena (TI) de Rio dos Índios foi a única publicada no Rio Grande do Sul, durante o governo Lula. As conquistas e expectativas eram motivos de alegria, mas desde então sobram razões para a indignação e a dor.

Neste período, se acirrou uma disputa ferrenha, envolvendo pequenos agricultores, administração pública municipal e empreendedores do turismo, já que a estância hidromineral Águas do Prado foi construída dentro da terra demarcada e, segundo os relatos do 'troncos velhos Kaingang', este empreendimento teve início com a retirada das famílias Kaingang do local. É devido a esta estância que se tem gerado mais tensão e ameaças contra a comunidade indígena. Em uma ocasião, um não índio teria dito: "a terra indígena nunca vai sair, vamos destruir, arrancar e carregar casas e farmácia de vocês". Em épocas de veraneio, os Kaingang circulam pelo empreendimento para vender artesanato. Numa destas ocasiões, mulheres e crianças indígenas foram impedidas de passar novamente por ali e foram violentamente ameaçadas: "se voltarem a vender artesanato no local vamos cortar o pescoço de vocês". O mesmo autor desta ameaça prometeu violentar sexualmente uma jovem indígena. Mulheres e crianças que procuravam lenha, fora do restrito espaço onde se localiza o acampamento, foram duramente ameaçadas por um agricultor ocupante, o qual, portando uma espingarda, ameaçou: "se voltar para pegar mais lenha vão levar um tiro na cabeça".

A comunidade indígena reage a tais ameaças com resistência e estratégias de luta que zelam pelo clima amistoso entre as partes envolvidas. A tentativa de diálogo com as famílias agricultoras tem sido outra estratégia importante na luta pela continuidade do processo demarcatório. Na busca de garantir seus direitos, as famílias agricultoras solicitam o pagamento da terra junto com o das benfeitorias, mas o estado do Rio Grande do Sul não se comprometeu no atendimento do direito, tampouco o Incra, não se responsabilizando pelo reassentamento ou indenização das terras às famílias agricultoras ocupantes de boa-fé da área declarada.

A comunidade indígena vinha respeitando isso e dialogando com os posseiros. Porém, no último dia 20 de novembro, um funcionário do referido empreendimento hidromineral atacou um veículo ocupado por Kaingang, realizando disparos com arma de fogo contra os indígenas. O grupo reagiu e a comunidade se organizou, ocupando o empreendimento, uma vez que este integra os 715 ha declarados como de ocupação tradicional Kaingang.

CONT.



A TI Rio dos Índios, reconhecida e declarada por portaria em 2004, e com levantamento fundiário concluído em 2011, aguarda que os órgãos responsáveis (estaduais e federal) se empenhem na desintrusão e que a presidente Dilma Rousseff homologue em definitivo o território como de ocupação tradicional Kaingang.

A comunidade Kaingang da TI Rio dos Índios almeja o fim dos conflitos, que são promovidos e/ou incentivados por organizações sindicais mal intencionadas, políticos aproveitadores, advogados interesseiros e pelo próprio governador Tarso Genro, que tem adiado o andamento do processo e protelando a indenização das famílias agricultoras e ocupantes de boa-fé. Ao não se resolver a questão, não concluindo o processo demarcatório, tanto as famílias Kaingang como as famílias agricultoras sofrem com a insegurança e ficam à mercê de interesses escusos (por vezes com viés econômico), politiqueiros e eleitorais, evidenciados pela falta de disposição dos responsáveis em cumprir os preceitos legais e de direitos das partes, protelando a resolução do caso e potencializando conflitos.

A comunidade Kaingang de Rio dos Índios está organizada e mobilizada e articulada com outras comunidades indígenas, a fim de resistir e permanecer na posse de seu território de ocupação tradicional e de direito (demarcado de acordo ao Decreto 1.775/96).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Conselho de Missão entre Indígenas (Comin) e o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin) reafirmam seu incondicional e irrestrito apoio à luta Kaingang e na defesa dos direitos humanos à terra/território das comunidades indígenas. E, junto com a comunidade Kaingang de Rio dos Índios, responsabilizam os órgãos governamentais (estaduais e federal) nas consequências dos possíveis conflitos que possam vitimar famílias Kaingang e agricultoras.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Sul)

Conselho de Missão entre Índios (Comin)

Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin)

Novembro de 2013

Fonte: Patrícia Bonilha, de Brasília, Cimi

Comissão realiza missão em região quilombola Sapê do Norte nesta terça
SÍTIO PREFEITURA DE VITÓRIA, 26.11.2013



Membros da Comissão Especial "Direito Humano à Alimentação Adequada" reuniram-se na Sala dos Conselhos da Casa do Cidadão

A Comissão Especial "Direito Humano à Alimentação Adequada" se reuniu nesta segunda-feira (25), na Sala dos Conselhos da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Semcid), na Casa do Cidadão, em Itararé, para discutir, entre outras questões, a missão in locu que será realizada nesta terça-feira (26) na região quilombola Sapê do Norte, em São Mateus.

Segundo o representante da Defensoria Pública Federal que integra a comissão, Claudionor Leitão, há denúncias relativas à violação do direito à alimentação adequada. "Temos

recebido denúncias de que as comunidades de Sapê do Norte vivem em uma situação permanente de insegurança alimentar e nutricional, na medida em que têm encontrado enormes dificuldades para garantir uma alimentação diversificada e em quantidade suficiente para as suas famílias", disse.

Além disso, Leitão destacou que o território apresenta-se em situação de devastamento provocado pela monocultura do eucalipto, fazendo com que as comunidades não consigam produzir os alimentos de que necessitam. "Atualmente, a maioria dos alimentos que são consumidos pelas famílias precisa ser adquirida nos supermercados, havendo grande dependência da disponibilidade de renda monetária de que não dispõem".

A Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada está ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e é formada por representantes de todo o país, tendo como um dos membros o secretário de Cidadania e Direitos Humanos, Marcelo Nolasco. Sapê do Norte

Sapê do Norte é uma região composta por 39 comunidades quilombolas localizada no extremo norte do Espírito Santo, compreendida entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Até os anos 70, eram 12 mil famílias habitando comunidades rurais quilombolas. Atualmente, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte calcula 1.500 famílias existentes.

Com edição de Matheus Thebaldi

Aldeia Sateré-Mawé preserva cultura com ritual da tucandeira

SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013



Indígenas dançam e cantam durante ritual da tucandeira

Desde que passou a viver em uma comunidade da Vila Ariaú, no município de Manacapuru (a 79 quilômetros de Manaus), a indígena Zelinda da Silva Freitas, de 60 anos, carrega a tradição do ritual da tucandeira com sua família. Baku, seu nome na língua sateré-mawé, veio da aldeia Ponta Alegre, em Barreirinha (a 331 quilômetros de Manaus), com o marido Benedito (Acey em sateré-mawé) e quatro filhos.

Junto com a prática do artesanato (de onde tira parte de seu sustento), Baku promove todos os anos na aldeia Sahu-Apé um encontro onde meninos têm suas mãos ferradas por 100 formigas tucandeiras em um conhecido, admirado e, ao mesmo tempo assustador, ritual de iniciação para a vida adulta.

Ao enfiar as mãos em uma luva cheia de formigas durante aproximadamente 20 minutos, o menino não apenas demonstra estar apto para vida, mas também ganha respeito e admiração, além da certeza de que está protegido contra várias doenças. A tucandeira é uma formiga cuja picada do ferrão provoca dores durante quase 24 horas.

Um desses “encontros” aconteceu na semana passada, com encerramento no sábado (23). Dezoito meninos (incluindo duas meninas) participaram do “Encontro dos Guerreiros”, como foi batizada a programação.

Somente de Sahu-Apé, sete adolescentes, incluindo uma menina, ferrados. O restante era proveniente de outras comunidades sateré-mawé localizadas na zona rural de Manaus.

Menina também pode

CONT.

São necessárias 20 sessões, no mínimo, para completar o ritual. Geralmente, adolescentes conseguem terminar o ciclo antes dos 18 anos. Ou chegam perto. Um desses garotos era Elenilson da Silva Sobrinho, de nome indígena Waytá, de 13 anos. Com o braço estendido, inchado e pintado de tinta de jenipapo, Waytá ora dançava para “esquentar o corpo” e suar, ora descansava no canto da maloca.

“Já fiz 18 vezes. Faltam só duas, mas espero continuar fazendo mais de 20”, disse o menino, com as feições mais tranquilas depois de uma nova sessão, embora sua mão continuasse dolorida.

Waytá estava sempre acompanhado da namorada Marcilene da Costa, 15, indígena sateré-mawé, que também passou pelo ritual duas vezes neste “encontro”. A aceitação de mulheres no ritual tem sido comum nos últimos três anos na aldeia Sahu-Apé. É que o ritual, embora tradicionalmente masculino, se expandiu para outros gêneros e até pessoas que não é indígena pode participar.

“Eu me ferrei porque gosto, acho bonito e quero provar que a mulher também tem coragem. É uma forma de mostrar a nossa cultura”, disse Marcilene, ainda com as mãos latejando.

Morador de uma comunidade da etnia cambeba, no município de Manacapuru, Elton Jones da Silva, 21, também se submeteu ao ritual. Disse que começou a “se ferrar” quando namorava uma indígena sateré-mawé (de quem já se separou) e conheceu a comunidade Sahu-Apé. Elton ainda não completou as 20 sessões, mas afirma que sempre que tiver oportunidade vai participar de outras sessões.

Matriarca



Tuxaua de Sahu-Apé, Baku mantém tradição dos índios sateré-mawé em sua comunidade

Sahu-Apé foi fundada há aproximadamente 20 anos. Na comunidade vivem 14 famílias e mais de 50 pessoas. O local, mesmo reconhecido, ainda não tem regularização da Fundação Nacional do Índio (Funai), embora seus moradores já tenham solicitado a titulação.

A comunidade está localizada à margem do rio Ariaú, afluente do rio Negro, e se destaca na vila pela preservação da vegetação nativa. O local tem uma pequena trilha de acesso às casas

CONT.



(a maioria feita de madeira e palha) e é rodeado por uma floresta que fica submersa na época da cheia do rio Negro.

É também na comunidade Sahu-Apé onde está enterrada Tereza Ferreira de Souza, considerada a matriarca dos indígenas sateré-mawé que se deslocaram para Manaus e cidades vizinhas há algumas décadas. Ela morreu em março deste ano aos 97 anos.

Tereza teve nove filhos, a maioria mulheres, e todos se destacaram como importantes lideranças indígenas na capital e como alvo de pesquisa acadêmica sobre o deslocamento de famílias de sua aldeia de origem e a resignificação de sua cultura em um local diferente. Uma delas foi Zenilda da Silva, já falecida, fundadora da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé.

Baku é a única das irmãs que também desenvolveu talentos para a medicina tradicional indígena. Por este motivo, também é considerada pajé. Em sua comunidade, ela mantém um espaço com produtos feitos a partir de plantas que ela retira da mata, além do conhecimento que obtém dos espíritos da floresta.

Fonte: Elaíze Farias, Amazônia Real

MEC anuncia medidas para garantir direitos dos povos indígenas à educação

SÍTIO BARRA 1, 26.11.2013



Brasília - O Ministério da Educação (MEC) planeja contratar a ampliação, reforma ou a construção de ao menos 120 escolas indígenas até o final 2014. A iniciativa é uma das ações previstas no Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (Pntee) que, entre outras coisas, visa a ampliar e qualificar as formas de acesso dos índios à educação básica e superior.

Os 120 projetos já foram aprovados, mas o prazo de execução pode variar de acordo com a localidade.

O programa nacional foi oficialmente apresentado ontem (25) pelo ministro da

Educação, Aloizio Mercadante, mas a portaria ministerial que instituiu o Pntee foi publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de outubro.

O programa consiste no planejamento de um conjunto de ações ministeriais de apoio técnico e financeiro à educação escolar indígena. Cada iniciativa será articulada com governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, organizações indígenas e indigenistas e órgãos de governo, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). A evolução e os resultados deverão ser acompanhadas pela Comissão Nacional de Educação Escolar, instituída pelo MEC.

Além da construção e da melhoria em estabelecimentos de ensino indígena existentes nos 22 territórios etnoeducacionais escolhidos para compor a primeira fase do Pntee, o programa prevê que o MEC continue comprando e distribuindo ônibus, lanchas, embarcações de pequeno porte (voadeiras) e bicicletas para o transporte escolar.

O ministério também promete levar três campi ou núcleos avançados da Rede Federal de Educação Profissional para o interior de terras indígenas.

O programa ainda prevê investimentos na formação de mais professores indígenas e apoio à produção e publicação de obras de temática indígena, preferencialmente produzidas por autores índios, e várias outras ações.

Questionado sobre a dimensão do programa, Mercadante disse que o dinheiro necessário já está disponível e não representa uma grande soma. Segundo o ministro, o maior obstáculo à implementação de algumas ações diz respeito à logística de execução.



"Os recursos já estão no nosso orçamento e estão previstos desde o início", disse Mercadante, sem especificar valores ou a estimativa de gastos. "Cuidar com mais carinho das escolas indígenas não tem nenhum peso orçamentário. A dificuldade maior é o acesso.

Especialmente na Amazônia, onde, em alguns casos, é preciso distribuir lanchas. No caso de povos isolados, por exemplo, só se chega de avião. Por essa razão precisamos de parcerias com a Funai e com os governos dos estados para compartilharmos os custos".

A maior parte dos 22 territórios etnoeducacionais fica na região amazônica. O ministério promete que outros 21 territórios serão definidos em uma segunda etapa do programa.

De acordo com a portaria ministerial, os territórios são "espaços institucionais onde os entes federados, as comunidades indígenas, organizações e instituições pactuam as ações de promoção da educação escolar indígena adequadas às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas das próprias comunidades".

Entre os principais objetivos a serem alcançados com o programa estão a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica e superior para os povos indígenas e o aprimoramento dos processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira da educação escolar indígena. E também a garantia de participação dos povos indígenas nos processos de construção e implementação da política de educação escolar indígena.

O programa está estruturado em torno de quatro eixos: gestão educacional e participação social, com apoio ao desenvolvimento de metodologias próprias para monitoramento e avaliação dos planos de ação dos territórios etnoeducacionais; pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas, com apoio para que as próprias escolas indígenas desenvolvam currículos e métodos de ensino apropriados às especificidades das comunidades; memórias, materialidade e sustentabilidade e educação de jovens e adultos, inclusive com ensino técnico-profissionalizante.

De acordo com o ministério, até 2012, havia 2.872 escolas indígenas espalhadas por 385 cidades brasileiras. Destas, 2.864 eram públicas. O número de estudantes matriculados no total de estabelecimentos chegava a 205.787 alunos, para um total de 12.362 professores, dos quais apenas 3.430 tinham licenciatura. Quase 63% dos estabelecimentos funcionavam na Região Norte. Em seguida vinha a Região Nordeste, com 21%.



Governo anuncia construção de 120 escolas indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.11.2013

Programa planeja conjunto de ações ministeriais de apoio técnico e financeiro à educação escolar indígena

O Ministério da Educação planeja contratar a ampliação, reforma ou a construção de pelo menos 120 escolas indígenas até o final de 2014. A iniciativa é uma das ações previstas no Programa Nacional dos Territórios Etno-educacionais (Pntee). Lançado nesta segunda-feira (25) pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o programa tem o objetivo de proteger e promover os direitos dos povos indígenas à educação, por meio do fortalecimento dos territórios etno-educacionais, reconhecendo e valorizando a diversidade sociocultural e linguística, a autonomia e o protagonismo desses povos, conforme estabelecido na Constituição Federal.

O programa consiste no planejamento de um conjunto de ações ministeriais de apoio técnico e financeiro à educação escolar indígena. Cada iniciativa será articulada com governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, organizações indígenas e indigenistas e órgãos de governo, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). A evolução e os resultados deverão ser acompanhados pela Comissão Nacional de Educação Escolar, instituída pelo MEC.

Conforme Mercadante, verba para o programa não é problema. "Cuidar com mais carinho das escolas indígenas não tem nenhum peso orçamentário", disse o ministro. "A dificuldade maior é o acesso. Especialmente na Amazônia, onde, em alguns casos, é preciso distribuir lanchas. No caso de povos isolados, por exemplo, só se chega de avião. Por essa razão precisamos de parcerias com a Funai e com os governos dos estados para compartilharmos os custos."

O programa ainda prevê investimentos na formação de mais professores indígenas e apoio à produção e publicação de obras de temática indígena, preferencialmente produzidas por autores índios.

Até 2012, havia 2.872 escolas indígenas espalhadas por 385 cidades brasileiras. Destas, 2.864 eram públicas. O número de estudantes matriculados no total de estabelecimentos chegava a 205.787 alunos, para um total de 12.362 professores, dos quais apenas 3.430 tinham licenciatura. Quase 63% dos estabelecimentos funcionavam na Região Norte. Em seguida vinha a Região Nordeste, com 21%.

Fonte:
Ministério da Educação



Agricultores e índios se veem detentores de direitos inalienáveis, reconhece ministro da AGU

SÍTIO REPÓRTER NEWS, 26.11.2013

O Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, destacou durante audiência pública Realizada na última quinta-feira (21.11) no Senado Federal as dificuldades envolvidas nos procedimentos de demarcação de reservas indígenas no Brasil.

As observações foram feitas durante discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre a delimitação dessas áreas e o impacto na agricultura brasileira. Segundo ele, o Governo Federal tem exercido um "grande esforço de conciliação e de diálogo" nesse processo envolvendo indígenas e ruralistas.

"É um trabalho difícil porque ambos os lados se veem detentores de direitos inalienáveis e, muitas vezes, centenários. E esse processo, pela irredutibilidade das partes, muitas vezes tem gerado verdadeiros impasses, os quais o Governo tem procurado resolver", destacou.

De acordo com o advogado geral da União, esse processo e a dificuldade em encontrar um consenso por meio do diálogo se deve "a um certo grau de ausência normativa", ou seja, ausência de leis que delimitem o direito dos indígenas, teoricamente os primeiros ocupantes das terras, dos direitos agricultores com título de propriedade emitidos pelo Estado.

No ponto relativo à conciliação feita pelo governo entre as partes interessadas, Adams ainda destacou o esforço do Ministério da Justiça para atender as reivindicações.

"Esse processo tem requerido um esforço muito grande, substancial, significativo de tempo e dedicação do Governo Federal e, particularmente, do Ministério da Justiça. Um processo de normatização permitiria, objetivamente, a afirmação de uma autoridade efetiva e sem isso, nós continuaremos a enfrentar e a conviver com os conflitos", pontuou.

Por: Vinícius Tavares

Fonte: Olhar Direto

Com 79 fazendas invadidas, Igreja cobra demarcação de áreas indígenas

SÍTIO TUDO DO MS, 30.11.2013



A Igreja Católica de Mato Grosso do Sul divulgou hoje (25) posicionamento sobre o conflito por terras que envolve índios e produtores rurais do Estado. Hoje, são 79 propriedades invadidas e contestadas como territórios indígenas.

A Arquidiocese de Campo Grande frisa que laudos antropológicos - emitidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio) - atestam que os índios são os verdadeiros donos das terras. "Os índios têm direitos às terras, que já foram declaradas indígenas, mas o produtor tem que ser indenizado, e de acordo com as benfeitorias feitas na propriedade", afirmou o arcebispo

Dom Dimas Lara Barbosa, autoridade máxima da Igreja na Capital, ao comentar uma Carta Aberta às autoridades jurídicas em que é cobrada solução para os conflitos.

Dom Dimas justificou o posicionamento alegando que não se pode combater um erro histórico com outro erro. Para o arcebispo, no passado, muitos produtores podem ter adquiridos títulos de propriedades enganados, e não podem ser punidos por isso. "Se existe um erro histórico e um produtor de boa fé foi enganado, comprou título da terra, ali se estabeleceu e produz, aquele produtor tem que ser indenizado", argumenta.

"A insegurança jurídica tem gerado muitos conflitos. Por um lado, os indígenas não têm condições de resgatar suas formas próprias de organização, por outro, muitos produtores com títulos de propriedade são obrigados a paralisar suas atividades produtivas ou são levados até mesmo a deixar suas propriedades por causa das incertezas", opina o arcebispo sobre as consequências da compra de terras.

Solução da União - O arcebispo cobra, ainda, que a União redobre os esforços na solução do conflito, além de considerar Mato Grosso do Sul como um estado "pragmático" no que diz respeito a ocupação histórica dos índios.

Dom Dimas comenta que o governo federal havia estabelecido como prazo o dia 1º de agosto, que foi prorrogado para 30 de novembro e, até então, a sociedade "continua intranquã". "Participei da primeira reunião com autoridades, que significou uma esperança para todos nós, se formou um pacto de confiança", comenta sobre as expectativas das partes envolvidas no impasse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214 / 2013

Brasília, 26 de novembro de 2013.

O arcebispo afirma ter participado também da última audiência para mediar o conflito, no último dia 21, em Brasília. "As autoridades defendem uma solução que valha para todo Brasil, mas nosso Estado é pragmático. Se conseguirem resolver aqui, resolvem a questão das demarcações de terra em todo o país", acredita.

Funai – Os produtores rurais questionam a credibilidade da Funai para elaborar os laudos antropológicos de demarcação das terras. Questionado sobre quem deve ter competência para tanto, Dom Dimas se restringe a reforçar a necessidade de continuidade dos estudos.

"Não cabe a mim responder,mas reforço a necessidade. Diferente de São Paulo e Rio de Janeiro, por aqui houve uma expansão da população indígena, então precisamos de estudos antropológicos claros e interdisciplinares", opina.



Dourados participa da "Ação Saberes Indígenas na Escola"

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 26.11.2013

A Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Educação aderiu à "Ação Saberes Indígenas na Escola", instituída pelo Ministério da Educação como uma das ações do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais.

Atualmente o município de Dourados mantém seis escolas na área indígena e uma escola localizada na Missão Evangélica Caiuá, onde 90% dos alunos são indígenas.

A Ação Saberes Indígenas na Escola será executada pela UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) em parceria com o Estado, Secretaria de Educação, MEC, UFMS, Uems e UCDB (Universidade Católica Dom Bosco).

O objetivo da ação é promover a formação continuada de professores indígenas no processo de alfabetização, "respeitando suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem" e dar subsídios para elaboração de material didático diferenciado de forma que atenda mais adequadamente suas realidades étnicas e culturais, previstas na legislação brasileira da Educação Escolar Indígena.

SELEÇÃO

A seleção foi realizada no dia 14 deste mês, na Unidade I da UFGD, onde esteve reunida a Banca de Seleção formada pelos representantes da Secretaria Municipal de Educação, UFGD e Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, para análise das inscrições, currículos e contagem de pontos dos candidatos.

Após a análise das 27 inscrições, foram homologadas 24 e, dentre estes, classificados sete candidatos que obtiveram a maior nota, um por escola. Os demais candidatos homologados ficarão como suplentes em caso de desistência de alguns dos orientadores classificados.

Mais informações sobre a ação podem ser obtidas pelo telefone (67) 3410-2621, na Secretaria de Educação, com a professora Teodora de Souza, ou na Faculdade Intercultural Indígena, com o professora Neimar Machado de Sousa.



Diálogo entre governo e ministro revela importância do FEPATI na questão indígena, avalia Tetila

SÍTIO BBC NEWS, 26.11.2013

O deputado estadual Laerte Tetila (PT) avaliou como positivo o diálogo estabelecido em busca de direcionamento de recursos para a solução dos conflitos entre produtores e indígenas na luta pela posse de terra em Mato Grosso do Sul. O encaminhamento discutido entre Governo do Estado, o governo federal e o senador Delcídio do Amaral (PT) prevê o empenho de recursos para o Estado indenizar produtores por meio do FEPATI, Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas.

“A proposta é a utilização do fundo para aquisição de terras, criado através de projeto do deputado Laerte Tetila (PT), aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador André Puccinelli”, destacou o senador Delcídio do Amaral.

Tetila ressalta que finalmente houve uma sintonia afinada entre todas as partes envolvidas para que o direcionamento de recursos aconteça. “Fica a expectativa de que os recursos federais sejam empenhados o mais rápido possível para iniciar a indenização de proprietários e a destinação das terras para as famílias indígenas. A utilização do FEPATI é uma forma de acelerar esse processo para a pacificação no campo”, explica o deputado Tetila.

O parlamentar explica que o governo federal também deve estabelecer e cumprir um cronograma para ações efetivas. “Isso é importante para sinalizar que a situação está sendo resolvida e por que a medida adotada em Mato Grosso do Sul vai servir de parâmetro para a resolução de conflitos em outras áreas dentro do Estado e, até mesmo, em outras unidades da federação”, conclui o deputado estadual Laerte Tetila.

FEPATI - O Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas foi criado através de projeto apresentado na Casa de Leis pelo próprio deputado no ano de 2011 e aprovado pela Assembleia Legislativa. O objeto do Fundo é a alocação de recursos para indenizações de áreas em conflito entre indígenas e proprietários rurais. Um relatório do Conselho Nacional de Justiça apontou o FEPATI como um dos caminhos para a solução dos conflitos no Mato Grosso do Sul. O FEPATI foi elaborado e aperfeiçoado após dezenas de reuniões e audiências públicas com famílias indígenas, produtores rurais, juristas, políticos, professores, técnicos da área e especialistas em questões indígenas e fundiárias.

Assessoria de Imprensa - Deputado estadual Laerte Tetila

Segurança invade acampamento indígena e escreve ameaça de morte na terra
SÍTIO DOURADINA NEWS, 26.11.2013



Indígenas do tekoha Apyka'i denunciam que um segurança privado armado, acompanhado de outro, invadiu o acampamento da comunidade Guarani Kaiowá na Fazenda Serrana, em Dourados, na quinta-feira passada. Não houve ataque a tiros nem violência física, mas os dois homens teriam deixado uma ameaça de morte, escrito na terra e mais tarde apagado por eles mesmos, onde lia-se algo como "nós vamos acabar com vocês".

Segundo relato dos Kaiowá, na manhã de quinta, um veículo teria estacionado do outro lado da BR-463, onde fica a fazenda ocupada

pelos indígenas. Observados de longe pela comunidade, dois homens desceram, escreveram a ameaça e deixaram o local.

Um casal de indígenas voltava à pé da cidade, que fica a seis quilômetros do Apyka'i, e viu a mensagem escrita no chão. "A gente entendeu. Ele veio até ali e escreveu a mensagem dele, 'nós vamos acabar com vocês', explica o jovem que viu a mensagem.

De tarde, ainda segundo as famílias que estão no local, o carro teria voltado com as mesmas duas pessoas, que atravessaram a estrada e entraram na aldeia. Um dos homens estava armado. Os indígenas foram em direção às duas pessoas, que recuaram correndo de volta para o carro. "Tava aqui um peão e um pistoleiro da usina. Entraram aqui. Acho que eles querem tirar foto de todo mundo. Não falaram com a gente, deixaram ameaça de morte", explica uma liderança.

Antes de deixarem o local, os homens teriam apagado quase toda a ameaça escrita na terra, restando apenas a palavra "Nós" e algumas outras letras na terra. Marcas de botinas que raspam o chão para eliminar a mensagem são evidentes.

Após a invasão, os indígenas passaram a roçar a plantação de cana, no sentido de limpar o terreno e impedir que seguranças armados permaneçam na área sem que possam ser vistos pelos Kaiowá. "Nós vamos tirar a cana, não vamos deixar nenhum lugar para pistoleiro se esconder e atacar a gente", explica uma liderança. A Fundação Nacional do Índio esteve no Apyka'i e registrou formalmente a denúncia dos indígenas.

Mortes e ataques

CONT.



Em março, uma criança Kaiowá de quatro anos morreu atropelada na estrada. Além dela, outros quatro moradores da comunidade morreram, vítimas de atropelamentos, e uma sexta pessoa foi morta envenenada por agrotóxicos utilizados nas plantações que circundam o acampamento.

Em agosto, ainda acampados na beira da estrada, um incêndio que, segundo os indígenas, teria sido iniciado propositalmente no canavial, alastrou-se pelo acampamento, destruindo barracas, alimentos e pertences dos indígenas, forçando-os a fugir. A causa do incêndio ainda não foi confirmada.

Em 16 de setembro, depois de 14 anos na rodovia, a comunidade retomou novamente parte do território reivindicado como tradicional, em processo de demarcação e parte do Grupo de Trabalho Dourados-Pegua, onde hoje incide a fazenda Serrana, utilizada pela São Fernando para a monocultura em larga escala de cana-de-açúcar.

O Conselho do Aty Guasu, grande assembleia Guarani e Kaiowá, denunciou ao Ministério Público Federal (MPF), em agosto, uma ameaça atribuída a funcionários de uma empresa de segurança à comunidade Apyka'i.

Segundo o documento, um grupo de seguranças impediu os indígenas de pegar água no córrego próximo à fazenda, e ameaçou de matá-los caso voltassem ao local.

Na ocasião, o secretário geral da Anistia Internacional, o indiano Salil Shetty, visitou o acampamento Apyka'i e afirmou se sentir "em um lugar onde direitos humanos não existem".

Histórico das mortes

No caso do pequeno Kaiowá de quatro anos, atropelado no acampamento em março deste ano, o motorista do veículo fugiu do local sem prestar socorro a criança, e até hoje não foi identificado. Um mês antes do episódio, outro indígena do tekoha havia sido atropelado por uma moto, que também não parou para prestar socorro. De bicicleta e acompanhado da esposa grávida, vinha caminhando pelo acostamento, quando foi atingido por uma motocicleta.

Desde 1999, quando foram expulsos do local, seis pessoas da comunidade morreram – cinco por atropelamento e uma por intoxicação, em decorrência do uso de agrotóxicos nas plantações ao redor do acampamento, segundo os indígenas.

Os Kaiowá do Apyka'i tentaram por duas vezes retomar seu território originário. A última tentativa ocorreu em junho de 2008, quando os indígenas ocuparam uma pequena parte da fazenda, próximo à mata da Reserva Legal da área, estabelecendo pequenas roças.

No período em que ficaram acampados ali, foram vigiados pela empresa particular de segurança. A Funasa e Funai foram impedidas de prestar atendimento. A ocupação durou até abril de 2009, quando a Justiça determinou a reintegração de posse em favor do fazendeiro. Desde então, o grupo está acampado à beira da rodovia.

CONT.



Com a expulsão das terras, os índios foram obrigados a ocupar a outra margem da BR-463, por causa das obras de duplicação da rodovia. Um dos maiores problemas dos indígenas de Apyka'i é a obtenção de água potável. Atualmente, eles se valem da água poluída de um córrego para beber, cozinhar e para higiene pessoal.

Um relatório do MPF-MS sobre a situação da comunidade de Apyka'i, publicado em 2009, afirmou que "crianças, jovens, adultos e velhos se encontram submetidos a condições degradantes e que ferem a dignidade da pessoa humana. A situação por eles vivenciada é análoga à de um campo de refugiados. É como se fossem estrangeiros no seu próprio país".

Violência

Em setembro de 2009, um grupo armado atacou o acampamento, atirando em direção aos barracos. Um Kaiowá de 62 anos foi ferido por tiros, outros indígenas agredidos e barracos e objetos foram queimados.

Segundo lideranças da comunidade, o ataque, realizado a mando dos fazendeiros, ocorreu já depois que os indígenas foram despejados da área, e que teve relação com o uso da água de um córrego que fica dentro da área da fazenda. Na ocasião, depois de terem sido despejados, os barracos e todos os pertences dos indígenas foram queimados. O ataque ocorreu por volta da 1h da madrugada, quando o grupo de índios dormia no acampamento improvisado construído no dia anterior.

Guaranis vão resistir contra reintegração

SÍTIO O PROGRESSO, 26.11.2013

Acusados de 'guerrilheiros', indígenas afirmam que não saem da terra Yvy Katu, que fica entre Japorã e Iguatemi



Nãndesy abençoa a cada um dos indígenas enfileirados, bem como suas armas tradicionais e seus pés (Foto : cimi.org.br)

Há 45 dias acampados em seu próprio território, os Guaraní Nãndeva não dão sinal de que irão ceder às pressões de fazendeiros e às reintegrações de posse contra as ocupações de 14 propriedades que incidem sobre a Terra Indígena Yvy Katu. Localizada entre municípios de Japorã e Iguatemi, fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a área foi declarada como terra indígena em 2005 pelo governo federal.

Segundo a comunidade, 100% dos 7,5 mil hectares antes ocupados por fazendas está sob o controle dos Guaraní. Os fazendeiros utilizavam a terra para criação de gado, que já foi retirado das fazendas pelos proprietários.

Estradas e vicinais estão sob o controle dos indígenas. Ao menos duas vezes por semana, famílias e lideranças de todas as áreas retomada se reúnem em assembleias para discutir o dia a dia dos acampamentos, compartilhar informações e notícias de jornais locais, e decidir os rumos da luta pela demarcação de Yvy Katu.

CONT.



Os guerreiros se alinham com suas crianças, arcos, flechas, facões, maracás e lanças; as mulheres com suas taquaras e bebês a tira-colo; as crianças com espadas de brinquedo e galões de água. Uma Nãndesy abençoa a cada um dos indígenas enfileirados, bem como suas armas tradicionais e seus pés. Muitos vestem máscaras, por temer se tornarem alvo de ameaças e ataques individuais dos “seguranças” contratados por fazendeiros.

Em meio a um longo discurso em Guarani durante uma assembleia na última sexta-feira, o trecho em português gritado por uma mulher de 65 anos sintetizou com clareza a posição unânime da comunidade em resistir, sob quaisquer circunstâncias: “Estou aqui com meu povo. Nós somos 5 mil. Aqui tem homens, mulheres, crianças. Nós vamos ficar aqui. Nós não vamos sair. Que venham 20, 40, 200, 1.000 tratores. Vocês querem nos matar e nós estamos prontos para morrer. Essa é a minha palavra”.

Durante a reunião, os indígenas tomaram conhecimento de que a Justiça Federal de Naviraí concedera, no último dia 18, mais uma reintegração de posse contra a comunidade, em favor da Agropecuária Pedra Branca. Na decisão, a Justiça afirma que a atuação dos indígenas carrega “características de guerrilha e forte oposição ao Estado”. Esta é a segunda reintegração desde o início das novas retomadas, em primeiro de outubro.

A outra decisão judicial veio em favor do proprietário da fazenda Chaparral, Luiz Carlos Tormena, no dia 31 de outubro. Após “tentativa” de execução da ordem de expulsão pela Polícia Federal no dia 6 de novembro - considerada truculenta pelo Conselho do Aty Guasu, grande assembleia Guarani e Koiwá do Mato Grosso do Sul -, a Justiça determinou um prazo de dez dias para que os indígenas saíssem voluntariamente das propriedades ocupadas. O prazo venceu na última sexta - e os indígenas não deixaram a Chaparral.

Ali, a reintegração é iminente. “O povo guarani está bastante unido e pronto para resistir a qualquer tipo de ataque ou ameaça”, explica uma das lideranças, que prefere não ser identificada e nem fotografada. “Temos 800 crianças nas escolas que não estão estudando por causa das ameaças. Estamos todos juntos e prontos para morrer”.

Os indígenas relatam ataques, disparos e intimidações por parte de fazendeiros da região, contrastando com o apoio que os indígenas tem recebido da comunidade local - a prefeitura e a presidência da Câmara dos Vereadores de Japorã apóiem abertamente a luta dos Nãndeva. Durante a assembleia de sexta, ao menos dez veículos tentaram trespassar o bloqueio de uma das vicinais que atravessa o acampamento, a menos de 50 metros da reunião.

Antes de retomarem o território de Yvy Katu, os indígenas estavam ocupando apenas 10% da área total reivindicada, por força de decisão judicial. “Nós aceitamos esse acordo [da Justiça] com o compromisso de que enquanto estaríamos nos 10%, a demarcação da terra seria concluída. Mas nós entendemos que foi um erro aceitar esse acordo, porque nos enganaram, porque depois disso tudo ficou parado como estava. Então agora nós só vamos aceitar acordo de 100%. 100% da terra é nossa, nós não vamos sair mais”.

“Jogaram na mídia que conseguiram 500 cabeças de gado pra leilão, para adquirir recursos principalmente para segurança. Quando falam isso, querem dizer jagunço, nós entendemos”,

CONT.



comenta a liderança, a respeito do Leilão da Resistência, organizado por associações de criadores de gado e produtores rurais do estado. "Se acontecer uma tragédia, nós responsabilizamos o governo".

Organizações sociais lançaram uma carta aberta à presidenta Dilma Rousseff exigindo uma intervenção federal no Mato Grosso do Sul, acusando proprietários rurais de estarem "organizando força paramilitar para atentar contra a vida de coletividades e contra o Estado de direito no Brasil".

Os Guarani reivindicam a conclusão da demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, com 9,4 mil hectares. Estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de uma perícia judicial comprovaram que os Ñandeva ocupavam a área de Yvy Katu no período da colonização da região, de onde foram expulsos em meados de 1928.

A maioria dos indígenas foi confinada na reserva de Porto Lindo, localizada no município de Japorã, junto de outras famílias Guarani do sul do estado. Iniciada há 29 anos, a demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, na qual a reserva de Porto Lindo está incorporada, foi interrompida diversas vezes por recursos judiciais.

Geraldo Simões defende novo modelo para demarcação de terras indígenas

SÍTIO BLOG DO THAME, 26.11.2013



O deputado federal Geraldo Simões fez um pronunciamento no Congresso Nacional alertando para a maneira, para ele equivocada, com que a Funai vem conduzindo os processos de demarcação de terras supostamente indígenas. Simões chamou a atenção para os processos de demarcação de duas áreas no Sul da Bahia, Bahia, a de Barra Velha e da terra indígena Tupinambá de Olivença.

Simões defende que o Governo estude novo regramento para as demarcações, alterando o

Decreto nº 1.775/1996 ou regulamentando-o assegurando a transparência, isonomia e a participação de todos os entes, inclusive demais órgãos do Poder Executivo Federal, com o objetivo de por fim aos conflitos fundiários que atualmente perturbam a paz social no meio rural brasileiro. "Neste sentido apresento proposta legislativa regulamentando o processo de demarcação de terras indígenas com objetivo de por fim aos conflitos fundiários que atualmente perturbam a paz social no meio rural brasileiro, assegurando, tanto o direito dos índios, quanto o direito de propriedade dos produtores rurais", afirmou Geraldo Simões.

A demarcação da Terra Indígena de Barra Velha foi homologada em 1991 por decreto do Presidente da República. Contando com 8.627 mil hectares, a área está lotada no que originariamente era do Parque Nacional Monte Pascoal, no extremo Sul do Estado da Bahia. Houve a sobreposição de área indígena e área de floresta, o que gerou conflito entre a FUNAI e o IBDF.

Depois da consolidação da demarcação, a FUNAI, por pressão de duas organizações não governamentais, ANAI/BA e CIMI, com interferência do Ministério Público Federal, resolveu constituir Grupo de Trabalho – GT, com o objetivo de realizar estudos para a ampliação da área indígena. "Vale lembrar que a ampliação de terras indígenas já demarcadas foi vedado pelo STF no julgamento da Raposa Serra do Sol", disse.

Em síntese, a área de 8.627 mil hectares foi ampliada para 52.748 mil hectares, em estudos da FUNAI, publicados no Diário Oficial da União, em 29 de fevereiro de 2008, provocando sérios conflitos entre índios e não índios.

Além disso, estão sendo realizados novos estudos demarcação pela FUNAI, no Município de Prado, de demarcação contínua à atual proposta, que aumentaria a área total a aproximadamente 80.000 hectares, atingindo 12.000 pessoas.

CONT.



Outra demarcação que vem causando grande impacto na população não indígena, nos municipais de Ilhéus, Buerarema e Una e no Governo do Estado da Bahia é a da terra indígena Tupinambá de Olivença.

Esta demarcação está apoiada em trabalho acadêmico desenvolvido pela antropóloga Susana Doris de Matos Viegas para sua tese de doutorado defendida na Universidade de Coimbra, Portugal.

Somente em 1995, após 7 anos da promulgação da Constituição Federal, marco regulatório para a ocupação indígena, houve a primeira reivindicação pela suposta posse indígena. Desenvolveu-se grande polêmica em torno da etnia dos aproximadamente três mil indígenas que habitariam pequenas unidades familiares supostamente distribuídas em 47 mil hectares.

Em 2009, a FUNASA intensificou o cadastramento de índios de forma indiscriminada, reconhecendo como indígenas todos os que se reconhecem como tal, chegando-se à constatação de que na Comunidade Indígena Tupinambá de Olivença existem 7.808 indígenas, dos quais 3.050 estariam ausentes. "Entre os não índios cresce a inquietação. A ansiedade e o pavor de serem expulsos levam os não índios a promover uma verdadeira cruzada contra a demarcação indígena", lembrou Geraldo Simões.

Os agricultores reclamam que naquelas terras demarcadas pela FUNAI não há a ocupação tradicional a que se refere a Constituição Federal. Sustentam, também, que o laudo antropológico da FUNAI é, no mínimo, uma peça de ficção, com sérios indícios de fraudes. "Como forma de solucionar os conflitos na região, defendo que imediatamente sejam revogados os estudos de demarcação de Barra Velha, publicada em 2008 e a demarcação da área Tupinambá de Olivença de Ilhéus, Una e Buerarema", ressaltou o deputado.

Em relação às terras reivindicadas pelos Tupinambás de Olivença, além da suspensão da demarcação, Geraldo Simões defende que sejam reintegradas as posses das terras invadidas, identificados os indígenas realmente integrantes da comunidade e que o Governo compre área específica para instalação de Reserva Indígena, de forma negociada e consensual, trazendo novamente tranquilidade para a região.